

EM TEMPO!

Quinzenário Nacional • Ano VII • Nº 193 • De 13 a 26 de setembro de 1984 • Cr\$ 500,00



Intz Guerreiro

Trabalhadores repudiam Maluf e Tancredo



Cinco mil delegados, representando mais de onze milhões de trabalhadores do campo e da cidade, exigiram diretas já e reafirmaram o seu compromisso na construção da Central Unica dos Trabalhadores (págs. 3,4,5 e 6)



Mandel no Brasil

Nesta edição, palestra do grande teórico marxista e dirigente da IV Internacional em São Paulo. (págs. 7 a 10)



Voltam os comícios

Em várias capitais, o PT, parlamentares combativos e entidades do movimento operário-popular jogam toda força no reaquecimento da campanha. (pág. 2)

INGLATERRA

Mineiros em greve

Tudo sobre a greve que já dura seis meses e que merece todo o apoio dos trabalhadores brasileiros.

(pág. 14 e 15)



Tancredo é favorito no Colégio Eleitoral



Tancredo Neves desfruta hoje de um amplo favoritismo no Colégio Eleitoral, reconhecido até por alguns malufistas. De acordo com levantamentos feitos por parlamentares, Tancredo teria hoje 368 votos contra 232 conferidos a Maluf, sendo que 86 votos estariam indefinidos. Este favoritismo confere a Tancredo um enorme capital para comprar votos e aliciar novos aliados: apenas o orçamento manipulado pela União em 1985 será da ordem de 82 trilhões e o candidato da "Aliança Democrática" já anunciou que "todas as forças políticas que contribuírem para sua vitória terão lugar em seu governo".

É esse favoritismo e o desejo de sobrevivência política que explicam o fluxo de adesões à candidatura Tancredo de dissidentes do PDS, dos quais Antônio Carlos Magalhães é o maior exemplo.

Tancredo Neves também está em uma posição privilegiada por contar com o apoio exaltado dos principais meios de comunicação do país. Conta com a adesão da Rede Globo de Comunicações, mantendo encontros permanentes com o dono desta empresa, Roberto Marinho. Em São Paulo, desfruta da propaganda maciça no *O Estado de São Paulo* e no *Jornal da Tarde*. É apoiado editorialmente pelas revistas *Veja*, *Isto É*, *Senhor* e pela recém lançada *Afinal*.

Tudo isto faz com que Tancredo não jogue peso em uma campanha de massas, preferindo o processo de aliciamiento individual dos votos no Colégio.

O comício de lançamento da candidatura de Tancredo Neves em Belo Horizonte foi pouco expressivo em comparação com as manifestações pelas diretas. O deputado do PMDB e chaguista do Rio de Janeiro, sintetizou em uma só frase a estratégia de campanha de Tancredo: "temos que cuidar primeiro do placar e depois da platéia..."

Para outubro, Tancredo Neves espera pelo menos o apoio de governadores do PDS, entre eles, Agripino Maia (Rio Grande do Norte), Divaldo Suruagy (Alagoas), João Alves (Sergipe), Luís Rocha (Maranhão) e João Durval (Bahia). Poderá vir também a contar com o apoio dos hoje ainda in-

definidos Jair Soares (Rio Grande do Sul) e Espiridião Amin (Santa Catarina).

Novo capítulo da crise

Após a fragorosa vitória de Maluf na convenção do PDS, o governo procurou tomar algumas iniciativas para conter as dissidências no interior do PDS. A candidatura Maluf toma claramente a feição de continuidade da ditadura. Só que de uma ditadura em crise e em um processo acelerado de desagregação.

Houve primeiro a circulação de listas negras, com a promessa de demissão de cargos públicos dos pedessistas que apoiam a candidatura Tancredo. Os cortes, porém, não foram profundos e revelaram no fundamental pouca eficácia: afinal, faltam apenas alguns meses para o fim do governo Figueiredo e os demitidos serão certamente recompensados pelo candidato favorito no Colégio Eleitoral.

Em um segundo momento, houve os discursos políticos dos ministros do Exército e da Aeronáutica. Ai, um fato novo, que só demonstra o ridículo e a perda de autoridade da ditadura. O discurso de Walter Pires recebeu um forte troco de Aureliano Chaves, que chegou a se referir a "leões e hienas". Aureliano, mesmo respondendo pesado ao ministro do Exército, foi convidado para a parada oficial do 7 de setembro.

O patético ficou, porém, por conta do ministro da Aeronáutica, Délio Jardim de Matos. Por atingir em cheio Antônio Carlos Magalhães, recebeu um pesado contra-ataque que falava até em episódios de corrupção nos quais o ministro estaria envolvido. Após uma reunião dos ministros militares, foi resolvido esfriar o incidente: Antônio Carlos Magalhães faz parte dos porões da ditadura desde a sua origem e tem decerto uma longa e infundável lista de escândalos que cercam as principais figuras do governo.

Tudo parece indicar que a candidatura Maluf caminha inexoravelmente para a derrota no Colégio Eleitoral. Se isto ocorrer, não será improvável que nos próximos meses vejamos Tancredo, que já vai aparando o PDS pelas pontas, ganhar o apoio ou neutralizar o próprio coração da ditadura.

Comícios retomam a luta pelas diretas



Há mais de quatro meses da votação da emenda Dante de Oliveira, a palavra-de-ordem das diretas já continua na boca do povo. Uma pesquisa do IBOPE feita em Pernambuco durante os dias 24 e 26 de agosto constatou que 92% dos entrevistados continuavam a favor de eleições diretas. Uma outra pesquisa realizada pelo jornal *Folha de São Paulo*, no início de setembro, em seis capitais do país, comprovou que 81% dos entrevistados reivindicava eleições diretas. Um índice praticamente semelhante ao de fevereiro deste ano quando a campanha de massas pelas diretas estava em pleno andamento.

Se a reivindicação democrática das diretas já continua animando a vontade popular, é também verdade que o principal obstáculo à sua aprovação no Congresso — a ditadura militar — está hoje mais enfraquecida e dividida. Um fato que se comprova com as profundas cisões que se abateram sobre o PDS. É inegável que hoje a ditadura possui menor controle sobre a bancada do PDS do que em abril, quando foi votada a emenda Dante de Oliveira.

Se tudo isso é certo, por que então não conquistamos ainda as diretas já?

A responsabilidade do PMDB e do PDT

Nunca houve nestes vinte anos de ditadura militar, uma situação tão clara, um descolamento tão profundo entre os interesses democráticos dos trabalhadores e das grandes massas oprimidas e os partidos da oposição burguesa, o PMDB e o PDT.

Em São Paulo, por exemplo, o representante do PMDB no Comitê Suprapartidário recebeu uma sonora vaia dos 1.500 presentes na reunião do dia 31 de agosto, por se opor à marcação de um ato público na Sé para pressionar a colocação em pauta da emenda Teodoro Mendes. Estavam presentes representantes de 335 entidades do movimento operário-popular.

Em resumo, a responsabilidade dos partidos da oposição burguesa na manutenção do Colégio Eleitoral é hoje decisiva. É evidente que se estes partidos não houvessem recuado na campanha pelas diretas, estas seriam conquistadas.

Vazio de direção

Com o recuo do PMDB e do PDT abriu-se um enorme vazio na direção

da campanha das diretas. Este vazio é o que explica a situação atual, marcada ainda pelo impasse da campanha.

Desde o recuo dos partidos da oposição burguesa, esta questão está centralmente colocada para o PT. Em um primeiro e decisivo momento, porém, o partido ficou paralisado diante da alternativa de apoiar ou não o candidato único das oposições. Em um segundo momento, já configurado claramente o sentido anti-popular e conservador desta proposta, o PT se agarrou com unhas e dentes à emenda Teodoro Mendes.

Como o encaminhamento da votação desta emenda contava com a oposição do Planalto e a má vontade do PMDB, desde o início estava claro que a reorganização da campanha direcionada para a marcação da data de votação da Emenda Teodoro Mendes era uma iniciativa limitada e, no mínimo, insuficiente.

O que ocorreu foi que, durante mais algumas semanas, o movimento pelas diretas continuou paralisado na expectativa de uma decisão inesperada do presidente do Senado, o senador malufista Moacir Dalla. Este foi o período e o pretexto para Tancredo fazer um jogo de cena, mostrando a sua disposição de continuar lutando pelas diretas já. Disposição de resto desmentida pela atitude das lideranças do PMDB que já no dia 16 de agosto faziam acordo com a liderança do PDS para apressar a votação da regulamentação do Colégio Eleitoral.

Reaquecendo a campanha

Quando do fechamento desta edição, ultimavam-se os preparativos para a realização do comício pelas diretas em Florianópolis no dia 11 e em Belo Horizonte no dia 14 de setembro. Em São Paulo, um grande comício está sendo marcado para o dia 5 de outubro às 18 horas na Praça da Sé. O PT tem tido na preparação de todos estes atos uma participação decisiva.

Estes são, sem dúvida, atos importantíssimos. Mesmo que não tenham a dimensão de massas das grandes mobilizações do primeiro semestre, eles podem significar um reaquecimento inicial da campanha, fortalecer a convicção de que as diretas ainda podem vir se se combinar o processo de desagregação com uma pressão forte do movimento de massas.

Congresso Nacional da CUT

A Central Única se consolida

Durante três dias, cinco mil delegados de todo o país discutiram a construção da organização independente dos trabalhadores. Apesar de todas as insuficiências, este primeiro congresso é um marco na consolidação da CUT.

A simples reunião, durante três dias de mais de 5200 trabalhadores de todo o país, representando diretamente pelo menos três vezes mais do que este número e indiretamente mais de onze milhões de trabalhadores, é sempre um fato positivo. Mas, se além disso, esses trabalhadores se reúnem para discutir a situação de sua classe e do país e preparar a luta contra a exploração e a opressão, evidentemente essa reunião torna-se um avanço significativo para o movimento operário e popular.

O I Concut é um marco no processo de consolidação de uma Central que se constrói no terreno da independência de classe e como tal constitui um golpe na burocracia sindical e no stalinismo, que militam para perpetuar o atrelamento do movimento sindical brasileiro ao Estado e a direção política da burguesia.

Não há o que contestar quanto a representatividade deste congresso. Ali estava representado o conjunto dos setores mais combativos, praticamente todas as direções do movimento grevista que vem se desencadeando, com altos e baixos, desde maio de 78.

Se ainda não temos uma Central que unifique todo o proletariado brasileiro, a consolidação do projeto da CUT neste congresso torna esta perspectiva mais possível.

O congresso vem refletir, neste sentido, o deslançamento na construção das estruturas da CUT. As vésperas do congresso tínhamos 10 CUTs estaduais mais 4 com congressos convocados, e mais de 30 CUTs regionais. É um processo que só toma impulso há três meses do I Concut e que agora deve prosseguir com mais vigor.

A marca da independência de classe.

Ao lado de constituir-se como pata-



mar para a consolidação da CUT, o congresso teve o grande mérito de marcar cristalinamente a posição de amplas parcelas dos trabalhadores frente às alternativas postas pela burguesia. Rejeitando optar por qualquer delas, afirmando uma posição contrária não só ao colégio eleitoral mas também negando-se a pactuar com o projeto da burguesia liberal-conservadora, o Concut foi além, inclusive, das posições definidas pelo PT.

Neste sentido, o congresso é um marco político. E a partir dele a direção da CUT estará frente à grande tarefa de dar consequência a este posicionamento.

As insuficiências

A partir de uma precária preparação e até mesmo das dificuldades naturais para a realização de um evento deste porte, o congresso deixou importantes lacunas em três questões decisivas.

A primeira é não clarificação de um processo para unificar a onda grevista que começa em janeiro e promete intensificar-se. É claro que a aprovação

da greve geral, tendo como meta realizá-la antes do colégio eleitoral e buscando torná-la o estuário dos anseios democráticos das massas e de suas reivindicações, deu um rumo para a CUT. Mas insuficiente, por não vir acoplado a um processo, que só a direção poderia sintetizar, para a unificação das lutas atuais.

De outro lado, é positivo o avanço na compreensão de que a CUT se constrói nas lutas. Mas o congresso não foi capaz de resolver o problema da estruturação de base da CUT, que não é outra coisa senão a quebra da estrutura sindical baseada na CLT.

Como identificar com a construção da CUT o imenso potencial de auto-organização a partir dos locais de trabalho que vem junto com a nova onda de greves?

É uma questão hoje definitivamente colocada para toda a vanguarda sindical classista.

Por fim, frente a luta política mais geral, se o congresso expressa limpida-

mente o sentimento classista de amplas parcelas, não consegue apontar passos a frente na construção de uma nova alternativa. Neste sentido, é incompreensível a omissão da direção da CUT no debate deste tema, particularmente na questão da Constituinte (rejeitada por pequena margem, após aprovação na maioria dos grupos) e da defesa de um governo independente dos patrões, um Governo dos Trabalhadores.

A escolha da nova direção

A nova direção da CUT ainda manteve, a tradicional divisão entre duas instâncias eleitas em plenário. O risco de repetir o que aconteceu neste último ano é grande: uma direção real e uma direção honorífica. Mas frente ao conjunto das tarefas é de se esperar um maior papel para a Direção Nacional, principalmente na definição das grandes linhas para a construção da CUT.

Também precisa ser questionado, no processo de escolha da nova direção, a não inclusão na Executiva Nacional do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, um dos mais importantes filiados a CUT. Tratou-se da não inclusão da direção de uma forte entidade operária, representativa junto as suas bases. E mais ainda, de uma compreensão parcial da democracia operária, confundindo a direção de uma entidade com uma corrente política a qual se filiam vários de seus integrantes.

Os avanços bem como os problemas deste congresso não podem deixar de ser vistos dentro do processo, difícil mas vigoroso, de constituição de uma alternativa classista dos trabalhadores. É por dentro dele, e não de fora, que devem se dirigir os esforços para, a partir dos marcos deste congresso, impulsionar decididamente a construção da CUT.

Editorial

O I Concut e a luta de classes

A situação política nacional se revela cada vez mais pedagógica. De um lado, assiste-se ao fortalecimento da candidatura Tancredo, que hegemoniza cada vez mais amplos setores da burguesia. O fortalecimento da candidatura Tancredo não é nada mais nada menos do que a aceleração do processo de unificação da burguesia em torno a um projeto político de transição da ditadura.

Esse processo de unificação baseia-se claramente em princípios conservadores. Ele se faz contra os anseios democráticos que continuam a animar as grandes massas da população. E tem um pé de barro, pois se faz sem uma base sólida de apoio no movimento sindical já que o apoio das correntes stalinistas não consegue ser isso devido à crise dessa corrente.

Do lado do movimento operário, realizou-se o I Congresso Nacional da CUT. Foi, sem dúvida, uma manifestação do classismo do movimento operário, da recusa da tutela política da burguesia expressa no repúdio veemente à candidaturas Tancredo e Maluf. Que a plenária final tenha sido instalada com o hino da Internacional não é um detalhe (foi afinal um fato histórico, pois pela primeira vez ele é cantado após 64 em um plenário de trabalhadores de tal monta) mas apenas uma das muitas expressões dessa consciência de classe que povoou o I Concut.

O movimento operário brasileiro continua caminhando na direção de sua construção enquanto classe que se reconhece em um projeto socialista. Mas tão importante quanto verificar o rumo deste movimento, é verificar o estágio, o grau de amadurecimento político que a vanguarda mais expressiva do movimento operário brasileiro demonstra neste Concut.

Neste sentido, não há como deixar de assinalar a insuficiência das resoluções aprovadas no I Concut, que refletem, afinal, o nível de consciência do seu setor mais importante. O I Concut não armou o movimento operário em três níveis importantes: ao nível político, esclarecendo melhor as propostas do movimento operário para intervir com consequência na crise da ditadura (a recusa a Assembléia Constituinte e à defesa de um governo de trabalhadores); ao nível organizativo, não tendo propostas claras para acelerar o processo de auto-organização da classe, ou seja, de aceleração da construção da CUT na base ao nível de suas lutas, não apontando um processo claro de preparação da greve geral.

Salto de qualidade

Em resumo, o I Concut não conseguiu apresentar uma alternativa política clara aos projetos políticos da burguesia em curso. Essa insuficiência é a maior

demonstração que a atual direção da CUT tem tido dificuldades para diminuir a distância entre as aspirações de luta das bases do movimento e a relativa paralisação na construção de um projeto político alternativo.

Todas estas debilidades continuarão como desafios ao movimento operário. Elas, muito ao contrário do que pensam algumas correntes, não são problemas artificiais colocados pela esquerda revolucionária. São respostas a problemas colocados pela própria realidade e que se desenvolvem como tendências da luta de classes.

É fundamental, portanto, entender que todas estas questões continuarão a ser amadurecidas ao nível da CUT e do PT, principalmente ao nível de suas direções. Elas ficam como um desafio perante as suas direções e como um fator real de diferenciação política em seu interior.

Se entendermos assim, o I Concut se não significou um salto de qualidade para o movimento operário terá o enorme efeito positivo de acelerar as condições para este salto. O Movimento operário continua a acumular forças e consciência para saltar o enorme obstáculo que está diante de si. E todo o nosso esforço continua voltado para apoiar este movimento para a frente, para que este salto de qualidade se dê o mais rápido e nas melhores condições possíveis.

Análise da Conjuntura Brasileira

Apresentamos os trechos mais significativos da análise da conjuntura aprovada pelo Concut e que teve como base a proposta da CUT/SP.



“... A crise corroeu bases importantes de sustentação política e social do regime militar e intensificou o processo de definição política.

A manutenção do regime militar, neste processo de sucessão presidencial está articulada pela candidatura de Paulo Maluf, que representa a continuidade possível do regime militar em seu processo de decomposição. Reflete assim a tentativa de manter o controle do poder de Estado pelos setores mais reacionários, corruptos e repressores do regime. Os grupos palacianos disputaram o processo sucessório através da corrupção junto à convenção do PDS e na compra dos votos dos que poderão compor o Colégio Eleitoral. O casuismo político institucional e a tentativa de excluir 60 milhões de eleitores do processo de escolha presidencial, poderão garantir as condições para a vitória de Paulo Maluf.

Porém, as divergências no interior da classe dominante se agravam, e a burguesia liberal conservadora se apresenta como uma alternativa de poder, na forma de um projeto que anuncia os possíveis contornos de uma nova forma de dominação burguesa no país, que deverá preservar as instituições básicas criadas pelo regime militar.

A burguesia liberal conservadora assegurou hegemonia política no maior partido político da oposição, o PMDB, conquistou os principais governos de Estado nas eleições de 1982 e atraiu um setor importante do partido que serviu o regime, o PDS.

Na sucessão presidencial, a burguesia liberal se apresenta como alternativa política com a candidatura de Tancredo Neves, através de uma composição política do PMDB com a “Frente Liberal”, dirigida pelo latifundiário Aureliano Chaves, vice-presidente do governo militar e José Sarney, um dos grandes grileiros de terras no Maranhão e presidente histórico do partido do regime. A “Frente Liberal” é composta por políticos e empresários, banqueiros e la-

tifundiários, que estiveram com o regime nestes vinte anos e agora são os “liberais” de última hora.

O projeto econômico da burguesia liberal conservadora anuncia a intenção de renegociação das condições de pagamento da dívida externa, sem o rompimento com o FMI, procurando uma pequena margem de manobra para a política econômica, que acompanhada de uma reforma tributária e financeira permitissem manter um patamar mínimo de crescimento econômico. No plano político, pretende um mandato presidencial de quatro anos, convocando eleições diretas para a próxima sucessão e reforçando no Congresso Nacional de 1986 os poderes constituintes que já possui agora.

Este projeto, no plano econômico, não pretende enfrentar os problemas estruturais da sociedade brasileira, não rompe com o controle do FMI e do grande capital financeiro sobre a política econômica, e portanto, não só é insuficiente para sustentar uma recuperação econômica duradoura como se propõe, mas inexpressivo para alterar a grave crise social, e as condições dramáticas de existência da classe trabalhadora brasileira.

No plano político, tem a intenção de canalizar todo o descontentamento social para um debate institucional, controlado pelo Congresso Nacional eleito em 1986, com todos os problemas e limites de representação política que o atual Congresso possui.

A burguesia liberal conservadora está encaminhando seu projeto e se colocando como alternativa de poder no Colégio Eleitoral, montado pelo regime e repudiado pela população durante toda a campanha pelas eleições diretas-já. *Esta aliança política, que se apresenta neste Colégio espúrio e que propõe um plano de governo vago, inexpressivo e tímido para o momento difícil que o país atravessa, não atende as exigências mínimas da classe trabalhadora brasileira, a começar pelas diretas-já.*

CUT, exigência histórica

(...) Nesta crise, apesar de inúmeras dificuldades e obstáculos, a classe trabalhadora teve grandes avanços políticos. A campanha pelas eleições diretas-já, foi o mais importante protesto democrático e popular que se tem conhecimento no país. Milhões de brasileiros foram às ruas exigindo o fim do regime e toda a opressão e exploração que ele representa. A CUT apesar de ter participado do Comitê Suprapartidário Nacional e dos Estaduais, apesar de estar presente nos eventos mais importantes, não atuou coletivamente e de forma decisiva na campanha.

Resolução sobre a greve geral

“A atuação da CUT neste ano se desenvolverá tendo em vista barrar a reunião do Colégio Eleitoral, trabalhando e procurando viabilizar uma greve geral antes da instalação do Colégio.

Uma greve geral centrada nas exigências de eleições diretas-já com ampla liberdade, boicote ao Colégio Eleitoral e fim do regime militar, e, que inclua as demais reivindicações dos trabalhadores expressas na plataforma da CUT:

- Reajuste trimestral e reposição das perdas salariais;
- Salário desemprego;
- Reforma agrária radical e sob o controle dos trabalhadores;
- Redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução de salário;
- Revogação da LSN;
- Ruptura dos acordos com o FMI;
- Punição aos assassinos de sindicalistas, aos torturadores e aos corruptos.

O apoio da CUT às greves por empresas e categorias é muito importante. A CUT deve

buscar elevá-las do nível puramente econômico ao nível político, através da difusão da plataforma da CUT.

A decretação da greve geral dependerá fundamentalmente do grau de mobilização dos trabalhadores e da sua disposição de luta. Dependerá ainda de que as condições políticas gerais do país sejam favoráveis a uma iniciativa deste vulto. A CUT, levando em consideração estes fatores, trabalhará no sentido da unificação do movimento sindical, pela base, em torno de sua plataforma de ação. Encaminhará suas propostas à Conclat, mas não subordinará suas iniciativas de luta à posição que a Conclat venha a adotar.

Além disso, a CUT atuará em conjunto com outras entidades representativas, partidos de oposição e setores de partido no sentido de promover ações comuns e uma atuação de frente pelas diretas-já, boicote ao Colégio Eleitoral e fim do regime militar. Proporá também a reativação dos Comitês Pró-Diretas-já.

Este processo revela uma certa incompreensão por parte das direções políticas da CUT da importância histórica da luta democrática, e o fim da ditadura militar, para a classe trabalhadora em nosso país, como condição necessária para a conquista de suas reivindicações essenciais.

Desta forma, nem sempre as reivindicações imediatas e históricas dos trabalhadores estiveram presentes, mesmo em alguns comícios relevantes, a CUT não interveio no palanque e na praça sua atuação foi bastante tímida. No entanto, o mais importante é que a campanha representou um grande avanço político e uma significativa experiência de luta para a CUT e para o conjunto da população brasileira.

(...) O crescimento das mobilizações demonstra que *há nesta conjuntura uma tendência à universalização dos interesses e conflitos dos trabalhadores*, porque as principais questões (desemprego, arrocho salarial, BNH, terra, etc.) são as mesmas para todas as categorias e nas mais diversas regiões do País. Este processo aponta *uma tendência à unificação das lutas, transformando a CUT numa exigência histórica, na medida em que é a única capaz de organizar este potencial de luta e representar de forma independente e unificada os trabalhadores do país*. Porém, com apenas um ano de existência a CUT ainda enfrenta inúmeras dificuldades de implantação e esta será a grande tarefa do movimento sindical, sem a qual a classe trabalhadora estará impossibi-

litada de atuar com mais vigor e de forma unificada na conjuntura que se apresenta.

(...) A greve geral não só é possível como necessária neste momento histórico. Porém, não depende apenas da vontade das lideranças ou de uma data a ser marcada, mas da evolução concreta das lutas em andamento, da unificação das reivindicações essenciais e da intervenção decidida da classe trabalhadora na luta política e democrática em curso no país. A greve geral não é um objetivo em si mas uma das armas mais eficazes de intervenção dos trabalhadores na luta de classes, que exige condições políticas concretas para se viabilizar e terá para a CUT um papel decisivo no fortalecimento de sua representação política junto à classe trabalhadora.

(...) A CUT continuará o seu esforço em construir a classe trabalhadora como um sujeito político autônomo, tendo como único compromisso sua perspectiva classista, onde a luta pelos objetivos imediatos e históricos dos trabalhadores exige autonomia e não admite a subordinação dos interesses da classe trabalhadora a qualquer um dos projetos da classe dominante.

Continuaremos procurando encaminhamentos unitários, não ao nível dos acordos de cúpula e jamais traíndo as aspirações dos trabalhadores enquanto classe, mas buscando o caminho sólido da unidade, que se dará a partir das lutas concretas que expressem as necessidades e a vontade política dos trabalhadores deste país”.



Resoluções sobre política nacional

1. A CUT reafirma seu compromisso com as eleições diretas, já, como forma de pôr fim ao regime militar e garantir o direito elementar do voto à população brasileira.

2. A CUT repudia qualquer acordo ou negociação, que não assegure ao povo brasileiro o direito de eleger o novo presidente do país.

3. A CUT repudia o Colégio Eleitoral, qualquer outro mecanismo de escolha indireta do próximo presidente da República e todos os que traíram a vontade democrática e popular expressa na campanha pelas eleições diretas já, e se dispuseram a capitular frente ao regime aceitando o Colégio Eleitoral como fórum para eleição presidencial.

4. A CUT lutará pelo fim do regime militar e

contra a candidatura de Paulo Maluf que expressa sua continuidade e também se posiciona firmemente contrária à proposta da Aliança Democrática e a candidatura de Tancredo e Sarney, porque representa a conciliação com o regime, a preservação dos acordos com o FMI e a traição política da vontade democrática e das reivindicações mais elementares do povo brasileiro.

5. A CUT, reafirmando seu compromisso com as diretas-já, decide uma proposta de ação imediata e que consiste em:

— Marcha a Brasília por diretas-já, que exija do Congresso a votação da emenda Teodoro Mendes; reativar os comitês com base nesta proposta e chamar uma Convenção nacional pró-diretas-já.

A representatividade do I Concut

A apresentação dos quadros abaixo, mostrando a representação dos delegados ao I CONCURTO por tipo de sindicatos e por estados, reflete, em primeiro lugar, a manutenção das bases vinculadas à CUT entre os dois congressos. Em 83, estiveram presente ao Conclat, em São Bernardo, 5059 delegados, representando cerca de 12 milhões de trabalhadores. A queda verificada no número de trabalhadores representados é bastante pequena.

Fazendo esta mesma comparação pelo ângulo das entidades e delegações de base presentes também se verifica esta mesma constância. A nível urbano este número era de 355 em 83, passando para 377 em 84. A nível rural há um pequeno decréscimo: de 310 em 83 cai para 306 em 84.

A constatação deste quadro, se por um lado revela uma relativa consolidação da CUT, num ano em que pesou a confusão gerada pela divisão sindical no plano na-

cional, por outro lado não deixa de apontar debilidades na implantação da CUT.

O crescimento da representação nos dois congressos vai se expressar apenas nos sindicatos e delegações de base da cidade, e de forma pouco significativa. É certo que estes números não mostram avanços de qualidade que ocorreram neste período, como as vitórias de oposições sindicais por todo o país. São exemplos significativos as vitórias na categoria dos metalúrgicos: Volta Redonda, Campinas, Belo Horizonte e Contagem e, apesar de não ter derrotado o pelego Joaquinção, a expressiva vitória da Oposição sindical metalúrgica nas fábricas de S. Paulo.

É também a partir da comparação entre os dois congressos que se pode detectar as tarefas da CUT. Com base nesta relativa consolidação já conquistada, é preciso impulsionar com todo o vigor a construção da CUT em todas as suas instâncias e a sua vinculação às lutas concretas dos trabalhadores.



A direção executiva nacional eleita

Presidente: Jair Meneguelli (Pres. do Sind. Met. de S. Bernardo do Campo)

Vice-presidente: Avelino Ganzer (Pres. do Sind. Trab. Rrais Santarém, PA)

Secretário-geral: Paulo Renato Paim (Pres. do Sind. Met. de Canoas, RS)

Tesoureiro: Abdias José dos Santos (Pres. do Sind. Met. de Niterói, RJ)

1º Tesoureiro: Antonio Pereira Filho (Vice-pres. do Sind. dos Bancários do Rio de Janeiro)

Secretário de Imprensa: Gilmar Carneiro dos Santos (Vice-pres. cassado do do Sind. dos Bancários de S. Paulo)

Secretário de Relações Internacionais: Jacó Bittar (Presidente cassado do Sind. dos Petroleiros de Campinas e Paulínea)

Secretário Rural: José Gomes Novaes (Trabalhador da base Sind. dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista, BA)

Secretário de Política Sindical: João Paulo Pires de Vasconcelos (Secretário do Sind. Met. de João Monlevade, MG)

Secretária de Formação Sindical: Ana Lúcia Silva (Base da Assoc. Docentes Univ. Federal de Goiás)

Vice-presidente Região Sul: João Paulo B. Marques (Pres. do Sind. Vestuaristas de Porto Alegre, RS)

Vice-presidente Região Sudeste: Joaquim Pereira da Silva Neto (Diretor do Sind. Trab. Rurais de Poté, MG)

Vice-presidente Região Centro-oeste: Delúbio Soares de Castro (Diretor do Centro de Professores de Goiás)

Vice-presidente Região Nordeste: Luís Silva (Pres. do Sind. Trab. Rurais de S. Sebastião do Umbuzeiro, PB)

Vice-presidente Região Norte: Paulo Roberto Galvão da Rocha (Pres. do Sind. dos Gráficos de Belém, PA)

Quadro geral por estado

Estados	Nº de entidades	Nº de delegados	Nº de trabalhadores representados
Acre	10	45	43.065
Alagoas	9	47	41.655
Amapá	1	12	12.000
Amazonas	13	50	116.160
Bahia	69	415	882.462
Ceará	39	234	428.780
Distrito Federal	21	144	304.580
Espírito Santo	32	260	321.422
Goiás	49	261	238.946
Maranhão	30	143	427.210
Mato Grosso	10	25	39.207
Mato Grosso do Sul	3	3	8.000
Minas Gerais	102	536	723.183
Pará	69	390	612.173
Paraíba	34	113	245.811
Pernambuco	30	160	524.809
Piauí	22	102	129.090
Rio Grande do Norte	29	107	92.873
Rio Grande do Sul	89	408	1.136.183
Rio de Janeiro	57	387	1.539.899
Paraná	4	36	37.100
Rondonia	31	174	146.504
Santa Catarina	52	197	187.043
São Paulo	128	1.006	3.028.000
Sergipe	4	15	21.600
Totais	937	5.222	11.557.224

Quadro geral por tipo de entidade sindical

Entidades	Nº de entidades	Nº de delegados
Sindicatos rurais	248	1.312
Sindicatos indústria	99	800
Sindicatos serviços	152	949
Assoc. Func. Públicos	68	431
Assoc. Pré-Sindicais	31	172
Federações rurais	2	14
Federações urbanas	13	42
Delegações de base-rurais	58	264
Delegações de base-indústria	45	248
Delegações de base-serviços	81	366
Totais	937	5.222

GOIÁS

30 mil professores em greve

No último dia 12, os professores da rede oficial de ensino de Goiás resolveram paralisar suas atividades. Reivindicam aumento salarial e aprovação do Estatuto do Magistério.

Desde novembro a idéia da greve vem ganhando força entre os professores. Por esta época, os professores foram excluídos do aumento geral do funcionalismo público e tiveram negada pelo governador Iris Resende (PMDB), a reivindicação de envio do Estatuto do Magistério à Assembléia Legislativa. De lá para cá, a situação se agravou ainda mais,

completando um ano e meio sem aumento salarial para a categoria.

A posição do governador Iris Resende, é, no mínimo, curiosa: propõe ao magistério a equiparação do seu salário ao salário mínimo. Recusada por unanimidade dos professores, esta proposta só teve um mérito: provocar a imediata deflagração da greve de todos os professores estaduais.

Com uma antiga tradição de luta, o professorado goiano promete que a greve só terminará quando suas reivindicações forem atendidas. **Fernando Pereira** - da sucursal



Após o I Congresso

As tarefas da CUT

Paulo Skromov, membro da Direção Nacional da CUT, analisa neste artigo, a partir de questões formuladas pelo EM TEMPO, as tarefas da CUT depois do seu I congresso.

O movimento sindical brasileiro vive a fase preparatória de grandes greves de massa. Tivemos a experiência da greve do dia 21 de julho em 83. Depois as duas convocações frustradas para os dias 25 e outubro e 25 de abril, e a greve geral continua na ordem do dia.

Os trabalhadores sentem, a vanguarda sindical sente, que somente uma gigantesca greve de massa poderá opor-se, de forma efetiva, às drásticas consequências da aplicação dos planos do FMI.

Como enfrentar o desemprego que já atinge mais de onze milhões de trabalhadores? Como enfrentar as políticas de achatamento salarial? Como enfrentar o assalto às nossas conquistas previdenciárias? Como impor o rompimento com o FMI? Como conquistar efetivas liberdades políticas e sindicais?

A greve geral está na ordem do dia. Mas, a curto prazo dificilmente sairá apenas como um resultado de um entendimento prévio e planejado entre as direções sindicais. A greve geral, a partir de um plano prévio, poderá ocorrer, mas exigirá condições políticas muito favoráveis para que tenha êxito.

A resolução do Concut encaminhou o entendimento da greve geral para um sentido mais flexível, capaz de absorver melhor a politização e as lutas concretas dos trabalhadores. É um passo à frente em relação às visões voluntaristas — do tipo: basta marcar a data — e também às de tipo organizativistas, que colocavam como pressuposto para a greve geral, praticamente, a equiparação de todo o movimento à organização já alcançada por São Bernardo.

Este ano, os trabalhadores retomaram o recurso à greve em escala crescente. Devemos estar próximos a um milhão de grevistas, desde janeiro. Mas a impressão, hoje, é de que isso não é nada perto do que virá em outubro e novembro. Nessa época coincidem não apenas datas-base de muitas categorias importantes, como também o semestral dos metalúrgicos do interior de São Paulo e o momento da luta pelas antecipações trimestrais em inúmeras categorias.

De outro lado, se a luta pelas diretas-já e pelo boicote ao colégio eleitoral for assumida efetivamente pela CUT, poderemos chegar a paralizações do tipo das que ocorreram na Bolívia e Argentina nos últimos tempos da ditadura militar naqueles países.

Por fim, cabe registrar um fato novo e entusiasmante. A Executiva da CUT estadual (SP) acaba de lançar a Campanha pelas 40 horas de trabalho. Ela começa num pique muito bom lá no ABC, e isso é decisivo. É uma campanha que vai pegar. A reivindicação é substancial e a burguesia não a concederá facilmente. É uma luta de grande fôlego, que poderá finalmente permitir uma resposta clara do movimento operário, incluindo os desempregados (o

que é fundamental), à questão do desemprego.

Em todos estes processos as direções das CUTs estaduais e regionais jogarão um papel central na organização e orientação das grandes greves de massa e de classe que estão por vir.

Passos necessários à construção da CUT

O fundamental para que a CUT se construa serão as experiências concretas de luta de massas. Mas nossas lutas, sejam as campanhas salariais unificadas, a mobilização pelas diretas-já ou a campanha pelas 40 horas, em todas elas a atuação da CUT, em especial de suas direções, será fundamental. Se a direção da CUT conseguir colocar-se como direção consequente dessas lutas, a CUT tornar-se-á um referencial de organização muito concreto para um amplo setor das massas e avançará bastante em sua construção.

Por outro lado, a CUT começa a implementar medidas organizativas fundamentais. A CUT de São Paulo, por exemplo, já definiu um critério de divisão de trabalho da direção, criando várias secretarias: Imprensa, Organiza-

nas principais concentrações operárias, etc.

Importante iniciativa também será o Encontro das Comissões de Empresas que a CUT pretende convocar. Em São Paulo, estamos iniciando um trabalho que em algum tempo levará à convocação de um Encontro das Mulheres Trabalhadoras.

A CUT e a retomada da luta política

A situação política do país apresenta uma rara oportunidade para os trabalhadores afirmarem sua alternativa.

Parcelas majoritárias da burguesia já sentiram que não é mais possível manter o governo sob a forma de ditadura militar. O regime de 64 agoniza e a sua continuidade extemporânea ameaçaria a própria dominação de classe. É bem verdade que um setor dominante da tecnoburocracia civil e militar pretende se perpetuar e sonha, com a eleição de Maluf ou com um golpe de mão. Mas os ventos sopram em outra direção. Consolida-se nas classes dominantes o projeto da burguesia liberal-conservadora, expresso pela candidatura Tancredo ao colégio eleitoral.

É preciso ver que o movimento operário, e sua direção em particular, não conseguiu manter sua autonomia na campanha das diretas e deste modo preparar-se para seguir adiante quando à burguesia não interessasse mais prosseguir a luta. É preciso ver que é este fato que nos levou à perda de momentos preciosos, do ritmo, na luta contra o regime.

Mas, mais do que possível, é necessário recuperar este tempo, e o congresso da CUT, ao repudiar a conciliação com a candidatura Tancredo e aponta o rumo da retomada das mobilizações, é um passo na recomposição das direções do movimento. Prosseguir a luta de massas pela diretas e pelo boicote ao colégio eleitoral é hoje o único meio de afirmar a consequência com que os trabalhadores participam da luta democrática e ao mesmo tempo, denunciar a ditadura militar e a transição por cima. Neste processo também as bases ainda ligadas aos setores stalinistas sofrerão um forte questionamento, podendo até passar, em grande escala, a rejeitar estas direções. Só esta luta pode romper com o isolamento político que nos está sendo imposto pela dinâmica do processo sucessório, que, queramos ou não, é o tema dominante no cenário político.

Após o I Concut, parece haver uma retomada da campanha pelas diretas. Em São Paulo, na semana passada, o comitê pró-diretas (com a ausência de fato do PMDB) realizou uma reunião de entidades onde, pela primeira vez, a presença de dirigentes sindicais ligados à CUT foi expressiva. Em vários estados, novos comícios começam a ser preparados. Em São Paulo será no início de outubro e, tudo indica, será boicotado pelo PMDB, pois Tancredo já declarou que esta luta esgota-se em 30 de setembro. Será um teste decisivo, onde o papel da CUT é de extrema importância.

A nova direção nacional da CUT

O congresso da CUT, apesar do seu papel na consolidação da Central, deixou lacunas importantes: a nível da própria construção da CUT, dos dobramentos necessários ao repúdio às candidaturas burguesas e em relação à unificação das lutas dos trabalhadores. São tarefas colocadas agora à nova direção.

Mas a direção, provavelmente, ainda se verá frente a uma dualidade, que é uma direção de fato, a executiva, e uma outra, a direção nacional, que, se predominar a experiência do ano passado, não terá papel.

Julgamos que pela grandeza das tarefas colocadas à nova direção, esta dinâmica não pode repetir-se. É preciso conjugar todos os esforços disponíveis, das direções das CUTs estaduais e regionais à Executiva nacional, para a unificação das experiências de luta dos trabalhadores, que já entraram em uma fase de novo crescimento.



ção, Formação, Oposições Sindicais, etc. A secretaria de Oposições Sindicais, da qual participo, por exemplo, terá um grande papel no apoio à formação e atuação das oposições. O objetivo desta secretaria é de ir muito além de contribuir para a derrocada de pelegos. É, além disso, oferecer orientação e condição para que as oposições não se restrinjam a atividades nos períodos pré-eleitorais, mas sim que realizem efetivos trabalhos de massas, permanentemente, em cada categoria.

Às CUTs regionais caberá um papel essencial na construção de uma nova estrutura horizontal. Deverão preocupar-se em interligar os trabalhos atomizados por empresa em cada região, sub-região e micro-região, criar sedes

Os articuladores desta candidatura, o PMDB, a Frente Liberal e os grupos stalinistas não têm mais nenhum interesse em levar adiante a luta pela conquista das diretas-já. Preferem, de fato, manter as regras do jogo, já que creem ter obtido a maioria do colégio eleitoral. No entanto seguem ainda representando perante o povo a farsa de quem continua querendo as diretas diante de um governo inflexível e onipotente.

A incapacidade até aqui demonstrada pelo movimento operário e popular em dar continuidade à luta pelas diretas, a partir do momento em que esta foi traída pela burguesia e o stalinismo, explica-se essencialmente pelo desprezo de suas direções.



Novembro de 1917 em Petrogrado, Rússia: os operários da fábrica Putilovski recebem a notícia de que o poder passou às mãos dos soviets de deputados operários, soldados e camponeses.

ERNEST MANDEL

“A Revolução Socialista vencerá”

Em sua primeira visita ao Brasil, Ernest Mandel, um dos dirigentes da IV Internacional e grande teórico marxista, encontrou auditórios lotados e um público ávido em debater a crise econômica capitalista e as perspectivas do movimento operário internacional.

A sua primeira palestra foi no Rio de Janeiro, em uma promoção conjunta do jornal EM TEMPO e da revista Perspectiva Internacional com o Partido dos Trabalhadores. Em São Paulo, mais de mil pessoas compareceram ao auditório do Tuca na promoção conjunta com o Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica. Em Porto Alegre, cerca de 850 pessoas aguardaram, devido ao atraso do voo, a abertura da palestra até às 22:30 horas, em uma promoção conjunta com o Sindicato dos Economistas e com o Diretório Acadêmico da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Por fim, em Belo Horizonte, mais de oitocentas pessoas acorre-

ram ao debate, promovido em consórcio com o Sindicato dos Economistas.

Em todos estes debates, Ernest Mandel discorreu sobre os mecanismos da crise do capitalismo e traçou um amplo painel das lutas do movimento operário no mundo. Militante provado por uma intensa atividade que começou às vésperas da II Guerra Mundial, que resistiu à barbárie dos campos de concentração nazista e acompanhou quatro décadas de grandes vitórias e derrotas do movimento operário, Mandel não deixa de expressar o seu “otimismo sereno” na vitória da revolução socialista mundial.

Nesta edição, EM TEMPO reproduz a palestra de Mandel em São Paulo bem como as suas respostas aos questionamentos feitos no debate que se seguiu. Como já havíamos publicado na edição anterior a análise de Mandel sobre a crise econômica atual, optamos por restringir esta reprodução à avaliação política do curso atual da luta de classes e seus desdobramentos.

Ernest Mandel é, sem dúvida nenhuma, o maior teórico marxista vivo. Possui uma erudição que abrange todos os campos das ciências sociais e a filosofia. Porém, o que nele ressalta é a rara combinação entre esta vasta erudição e uma forte ideologia proletária, em uma síntese que faz lembrar os fundadores clássicos do marxismo.

Mandel nasceu na Bélgica em 1923. Aderiu muito jovem ao movimento comunista: com dezessete anos, ingressou na seção belga da IV Internacional, para combater nas fileiras da resistência anti-nazista em seu país ocupado pelas tropas de Hitler. Preso pelos nazistas, conseguiu fugir mas foi recapturado em 1944 e internado em um campo de concentração na própria Alemanha.

O final da guerra o encontraria trabalhando pela construção da IV Internacional, organização que foi seriamente abalada pela repressão nazista na Europa e a perseguição anti-comunista nos países “livres”. No II Congresso da IV Internacional foi eleito para a sua direção. Desde então, Mandel milita ativamente no movimento operário de seu país. Foi membro da comissão de estudos econômicos da Central Sindical da Bélgica e é um dos líderes do Partido Operário Socialista, seção belga da IV Internacional.

A obra editorial de Mandel é diversificada e compreende mais de vinte títulos. Entre seus livros mais importantes estão: *Tratado de Economia Marxista*, *A Formação do Pensamento Econômico de Karl Marx*, *O Capitalismo Tardio e Trotski*, *Um estudo da dinâmica de seu pensamento* (os três últimos já foram publicados em português). Tem duas obras dedicadas à iniciação ao marxismo: *Introdução ao Marxismo* e *Introdução à Economia Marxista*. Vários de seus livros são coletâneas de artigos avulsos: *Os estudantes, os intelectuais e a luta de classes*, *A luta pela democracia socialista na URSS*, *Da comuna de Paris a maio de 1968*. Seu pensamento global também é enfiado em duas longas entrevistas que foram publicadas sob a forma de livros: *Marxismo Revolucionário atual* e *Marxismo aberto*.

Atualmente está trabalhando na elaboração de um novo livro, que deverá ser editado no próximo ano e que apresentará uma interpretação marxista da II Guerra Mundial.



Em defesa da IV Internacional

Em resposta a questões do plenário, Mandel expôs a visão de construção partidária defendida pela IV Internacional.

Porque defendo o pluralismo partidário contra a tese do partido único e a demagogia espontaneísta.

— Que importância você vê na construção de partidos revolucionários?

Não seriam suficientes as organizações de massa dos trabalhadores?

Mandel — A maneira mais eficaz e mais fácil de responder sobre qual a razão da existência de partidos políticos é a de nos perguntarmos sobre qual é o problema que a classe trabalhadora, que as massas populares, devem resolver.

Decidir se faz ou não uma greve, é um problema relativamente fácil. Para isso não há necessidade alguma de um partido.

Mas há outro problema muito complexo: como derrotar a sociedade burguesa e reorganizar a fundo toda a sociedade, e tomar nas mãos a administração de toda a vida econômica e social. Uma coisa é fácil de se perceber: não é possível dar resposta simples a este complexo de problemas econômicos e sociais. Precisam-se respostas coerentes e combinadas que tocam em muitas outras questões sobre a organização de ritmo de trabalho, a divisão do produto nacional, as preferências dos consumidores, as opções frente ao consumo individual e o consumo social, as grandes opções culturais, etc.

Podemos chegar rapidamente a uma conclusão. Será que é possível que sobre tantos problemas diferentes uma assembleia de dez mil pessoas, ou cem assembleias operárias de dez mil pessoas, vão decidir democraticamente mantendo uma coerência global, ao escolher entre 100, 200 ou 500 variantes que lhes serão apresentadas? Vocês já assistiram a uma assembleia que votou sobre 500 moções distintas? É praticamente impossível. A única realidade possível para a democracia proletária, para a autogestão e auto-administração operárias, é a liberdade de votar entre um número reduzido de respostas coerentes, articuladas. Três, quatro, cinco ou sete. Não duzentas. Não mil. Falar em mil moções é demagogia.

E essas três ou quatro alternativas coerentes de política econômica, social, cultural, são três ou quatro programas, estratégias, táticas diferentes. Então, as pessoas que defendem essa variantes são obviamente pessoas de "partidos" diferentes. Se vocês desejam dar-lhes outro nome, óbvio que podem, mas será exatamente a mesma coisa. São variantes coerentes de orientação estratégica e política.

Contra essa visão de pluripartidismo, há somente duas oposições. Ou aqueles que são partidários do partido único, ou aqueles que são uns demagogos e falam que não há necessidade de nenhuma coerência interna nas estratégias globais, e que podem ser votadas mil variantes. Isso é demagogia pura, porque é impossível na prática. Ou há pluralismo de estratégia, de programa, e de partido, quer dizer, de gente que organiza-se livremente para defender essas variantes, ou há o partido único. Eu sou partidário do pluralismo.



Combinar a auto-organização operária com a construção dos partidos revolucionários.

— Como articular a relação entre o partido revolucionário leninista e o partido ou organização das massas?

Mandel — Para responder devemos colocarmos a seguinte questão: pode um partido como o PT no Brasil ou um movimento como Solidarnosc na Polônia substituir a necessidade de partido revolucionário de vanguarda? Eu penso que não.

E falo honestamente. Para mim, a derrota na Polônia confirma o que estou falando. E na Polônia sofremos uma grave derrota com o golpe militar.

A pergunta que se coloca em relação ao caso polonês é a seguinte: como dez milhões de operários foram derrotados por um aparelho policial de não mais de vinte mil pessoas? Respondo: porque não havia a consciência necessária do que deveria ter sido feito naquele momento e de qual maneira. Porque

nessa conjuntura estava colocada a necessidade de uma estratégia de poder. Pode negar-se o poder como o fazem os companheiros anarquistas. Mas o poder de estado não pode ser simplesmente negado, deve sim ser tomado. E se os operários não o tomassem, outros encarregar-se-ão de tomá-lo. A espontaneidade pura e simples, e só a auto-organização operária, sem resolver as questões políticas do poder, não conduziram à vitória em lugar nenhum do mundo, não vão fazê-lo tampouco no Brasil, como não ocorreu na Polônia.

Por isso, estamos sempre favoráveis à combinação da auto-organização operária de um lado, com o partido revolucionário combatendo abertamente no interior da classe operária auto-organizada pelas resoluções políticas, econômicas, sociais e culturais necessárias para a tomada e defesa do poder operário, de outro.

A IV Internacional é apenas o primeiro núcleo da construção de uma Internacional Revolucionária de Massas.



— Nesse processo de recomposição orgânica de classe operária internacional qual é o papel da IV Internacional? E quais são as possibilidades de reunificação das correntes trotskistas internacionais?

Mandel — A primeira parte da pergunta já foi respondida. Vou responder à última. Nós consideramos que essa recomposição orgânica do movimento operário é altamente progressista. Está mudando radicalmente as relações de força no interior do movimento operário e muda totalmente as relações de força entre capital e trabalho. Por isso, participamos desse processo e no seu interior tentamos ser os melhores organizadores dele. Onde estão presentes militantes da IV Internacional participamos desse processo com lealdade total e com a convicção de que não há nenhuma oposição de interesses entre a auto-organização operária e os revolucionários.

Pensamos que essa recomposição e simultaneamente a solução do problema de autoconsciência operária e da condução política da classe é a base da solução da crise do fator subjetivo da história. Ainda, estamos favoráveis à construção de novos partidos revolucionários de massa e de uma Internacional Revolucionária de Massas, problemas estes que de jeito nenhum são resolvidos pela simples recomposição orgânica da classe operária.

Nesse processo de construção de novos partidos revolucionários, nós consideramos a IV Internacional somente como um primeiro núcleo. Quer dizer que a nossa pretensão vai além da de alguns companheiros que já ficam satisfeitos com a conformação de grupos ou grupelhos. Nosso objetivo é a estruturação de partidos revolucionários de dezenas de milhares de membros, e, em alguns países, de centenas de milhares de membros. O que é absolutamente necessário para conduzir vitoriosamente um processo revolucionário. É por isso que estamos cientes que não será a IV Internacional, ganhando um por um os novos militantes que atingirá esse objetivo. A captação individual nunca resolveu a passagem de organizações revolucionárias de 500 militantes para 200 mil.

Por isso é que pensamos que esses partidos de massas serão o resultado da unificação, do reagrupamento, de diversas correntes revolucionárias já existentes, de outras correntes que estão por emergir e de outras que sairão dos próprios partidos tradicionais.

Mas esse processo é um processo real. É um processo que se faz na experiência, na prática da luta de classes, da luta anti-imperialista do dia-a-dia. E, por isso, as possíveis conferências de discussão e confrontação parecem-me muito pouco produtivas. Então se existem organizações que estão nessa luta a unificação é muito mais fácil. Haverá discussão, diferenças novas, mas serão resultado da prática comum, e não de discussões e diferenças que datam de 20 ou 30 anos atrás. Daí que na minha opinião tais conferências para o debate ideológico são absolutamente desnecessárias. O debate teórico-ideológico pode-se desenvolver em outras instâncias, e não visará um processo de unificação.



O DEBATE DA CONSTITUINTE

Uma decisão a favor, outra...?!?

Na próxima reunião do Diretório Nacional do PT, o partido deverá, enfim, deliberar sobre a proposta da Constituinte. Aqui, o resultado do posicionamento de dois diretórios regionais no último dia 2.

No dia 2 de setembro, dois diretórios estaduais do PT aprovaram uma proposta de resolução sobre a Constituinte. O do Rio Grande do Sul definiu de forma clara e numa linguagem perfeitamente compreensível uma posição favorável, e pela quase unanimidade dos seus membros (ver abaixo). Já o de São Paulo, preferiu, por escassa maioria (17 votos contra 14) aprovar uma proposta basicamente contra, mas muito pouco segura e menos ainda clara (ver abaixo).

Esta aprovação se deu por uma aliança entre os companheiros do partido que são claramente contra a adoção pelo PT da bandeira da constituinte (como o deputado José Genoíno) e os que não têm uma posição muito definida, apesar de terem em geral uma tendência contrária.

Foram derrotados tanto uma emenda apresentada por Jorge Batista e José Álvaro Moisés que incluía o apoio à Constituinte definido no encontro de sindicalistas do PT, como uma apresentada pelo deputado Eduardo Jorge que explicitava a posição contrária.

A proposta paulista tem inúmeras afirmações de ampla aceitação dentro do partido, inclusive e principalmente entre aqueles que, como nós, sempre fomos favoráveis à defesa da Constituinte. Por exemplo: somos contra a Constituição em vigor; achamos que o país precisa de novas leis; temos de continuar dando prioridade à organização independente dos trabalhadores; temos de dar um lugar fundamental na nossa análise à correlação de forças entre as classes; a conquista dos direitos dos trabalhadores é fruto da luta de massas, da organização independente, de seu poder de classe; temos de desmistificar a constituinte tal como é normalmente proposta (entendemos: pelos liberais burgueses); a constituinte não resolverá os nossos problemas, nem teremos de aceitar a ordem social que nasça dela, já que nossa luta é pelo socialismo.

Mas, porém, contudo

Estas constatações são positivas, importantes, como é importante a defesa feita do documento da

“conformação de um bloco social dos oprimidos”, que explicita uma política de alianças correta, mas até agora polêmica no partido.

Mas estas afirmações não permitem concluir se agora devemos ser a favor ou contra a Constituinte. E a obrigação de acomodar posições diferentes fez com que até o apresentador da proposta — Rui Falcão — tivesse dificuldade de dizer se era a favor ou contra.

Evitar posições claras, eis uma velha lição das raposas possedistas mineiras, que com Tancredo voltam a dar as cartas. É curioso que até na forma a proposta paulista adota esta concepção: uma das recomendações das raposas citadas é usar sempre o mais possível as conjunções adversativas (mas, porém, todavia, contudo, entretanto, no entanto). E elas estão em todos os parágrafos, várias vezes.

Não é com uma posição como esta que o PT poderá “tomar a iniciativa”, como pretendia o documento.

DIRETÓRIO ESTADUAL PAULISTA

Mas, porém, contudo, todavia...

“Ao abordar questão da constituinte, na atual conjuntura política, do país, cabe ao PT, antes de mais nada, expressar sua posição frontalmente contrária à Constituição em vigor, outorgada pelo regime de 1964 e remendada por uma junta militar e uma série de atos institucionais. (...)”

Ao denunciar a atual constituição e, assim, explicitar que o país precisa de novas leis e necessita afirmar direitos políticos, econômicos e sociais para os trabalhadores (...) o PT, entretanto, não vê como saída a convocação de uma assembleia constituinte. (...) Ao contrário, trata-se de continuar dando prioridade à organização independente dos trabalhadores, ao desenvolvimento das lutas sindicais e do movimento popular, ao acúmulo de forças das classes dominadas e exploradas, à conformação de um bloco social dos oprimidos, que seja capaz de por fim ao regime. (...)”

Para o PT, uma nova constituição teria de ser elaborada por uma assembleia constituinte convocada com ampla liberdade de organização partidária, de manifestação e propaganda; voto do analfabeto; revogação de toda a legislação de excesso; sem o controle do poder econômico e administrativo do Estado; com igualdade de acesso aos meios de comunicação de massa. No entanto, é preciso ter claro que as constituintes - e as que se realizaram até hoje no Brasil são um bom exemplo - não são “nacionais”, no sentido de

expressarem os interesses da maioria, ou de toda a sociedade. Elas são instrumentos para consolidar, legitimar, transformar em leis mais ou menos duradouras, interesses de classe reais, convertidos em regras gerais através da Constituição. Neste sentido, a convocação e a instalação de uma constituinte devem ser sempre analisadas a partir da correlação de forças entre as classes. Do ponto de vista dos trabalhadores, embora seja importante estatuir leis que os favoreçam, a garantia real e a própria conquista de seus direitos é fruto da luta de massas, da organização independente, da elevação de seu nível de consciência, em suma, seu poder de classe.

(...) Nem tampouco aceitamos a tese de que a constituinte seja uma bandeira que só interesse à burguesia. Embora ela se inscreva, no atual momento, como uma reivindicação inclusive de setores liberais burgueses, isto não significa que, em determinadas conjunturas, ela não possa servir aos trabalhadores. (...)”

Receptividade crescente

Colocada em seus devidos termos e estabelecidas as limitações da constituinte, é preciso, contudo, reconhecer que há um repúdio geral à atual constituição, um anseio geral pelo estabelecimento de liberdades políticas amplas e pela garantia de direitos sociais, que se expressam no fim do atual regime. É diante desta situação que a palavra de ordem da constituinte encontra receptividade crescen-

te junto a amplos setores da sociedade, inclusive entre os trabalhadores. E, como a burguesia tem condições de reformar a constituição (seja pelo Congresso ou através de uma assembleia constituinte), já que busca uma transição que supere o regime militar e institua novas formas de dominação, o PT deve tomar a iniciativa e situar corretamente a sua posição.

Ou seja: 1) Denunciar a atual constituição; 2) Desmistificar o caráter “nacional”, “democrático” e “soberano” da constituinte tal como é normalmente proposta; 3) Reafirmar as liberdades políticas e os direitos sociais e econômicos sintetizados, nesta conjuntura, em nossa plataforma de dez pontos; 4) Manter como eixo tático a campanha por eleições livres e diretas e reiterar todas as resoluções nesse campo já aprovadas pelo Diretório Nacional; 5) Lutar para que, no caso de se colocar na ordem do dia a questão da convocação de uma assembleia constituinte, ela se efetive com a mais ampla liberdade, representatividade e democracia - requisitos que serão mais ou menos amplos dependendo da maior ou menor participação dos trabalhadores, de forma direta, na elaboração de novas leis; 6) A eventual participação numa constituinte, ainda que sob condições de relativa liberdade e democracia burguesas, não significará para o PT a aceitação da ordem social, econômica e política vigente, já que nossa luta é pelo socialismo.”

DIRETÓRIO

ESTADUAL GAÚCHO

Grande maioria a favor

O Diretório Regional do PT do Rio Grande do Sul, em reunião realizada no último dia 2 de setembro, aprovou por 22 votos favoráveis contra dois e duas abstenções, uma resolução política favorável a que o Partido assumia a luta por uma Assembleia Nacional Constituinte Livre e Soberana. O Diretório decidiu ainda levar ao Comitê Unitário a proposta de realizar em Porto Alegre um ato público semelhante aos já programados para Florianópolis no dia 11 e Belo Horizonte dia 14, no sentido de exigir a aprovação da emenda constitucional Teodoro Mendes que estabelece as Diretas já em dois turnos. Ainda sobre as diretas, o PT gaúcho decidiu apoiar a programação aprovada no I Congresso da CUT.

É a seguinte a íntegra da Resolução sobre a Constituinte apresentada por Olívio Dutra, Raul Pont, Clóvis Ilgenfritz, Roberto Pongge, Selvino Heck, Cesar Alvarez e Laerte Meliga:

“Sem prejuízo da necessária continuidade da discussão, o Diretório Regional do PT do Rio Grande do Sul se posiciona pela adoção da palavra de ordem de uma Assembleia Nacional Constituinte Livre e Soberana, com base nos seguintes argumentos: a atual Constituição é essen-

cialmente reacionária, anti-democrática e anti-popular; nas atuais condições, emendas ou reformas constitucionais somente são possíveis quando não alteram o essencial da Constituição; para serem obtidas reivindicações tanto econômicas quanto políticas é necessário democracia; levantar à luta pela convocação de uma Assembleia Constituinte livre e Soberana confere perspectiva política à luta pelo atendimento das reivindicações dos trabalhadores, pois a palavra de ordem da Constituinte se contrapõe ao argumento das instituições ditatoriais do regime; a luta pela Constituinte deve ser associada à exigência de atendimento das reivindicações democráticas, nacionais e sociais do povo, como a reforma agrária, o rompimento com o FMI, o salário-desemprego, o reajuste trimestral e a liberdade sindical.”

É necessário contrapor-se e rejeitar as propostas de Constituinte outorgada pelos militares e submetidas ao seu poder, ou de atribuir poderes constituintes ao Congresso Nacional a ser eleito em 1986.” A resolução obteve ainda a unanimidade dos votos indicativos dos representantes de diretórios municipais e zonais presentes à reunião. (da sucursal de Porto Alegre)

Governo Montoro reprime desempregados

Mil desempregados resistiram dias ao cerco da Polícia Militar. Ao final, foram desalojados com um grito só nas gargantas: "abaixo a repressão do Montoro e do João".



POSTO DE ATENDIMENTO . S. PAULO

A mobilização dos desempregados, que ocuparam as dependências do SINE (Sistema Nacional de Emprego) — órgão do Ministério do Trabalho — de 20 a 26 de agosto em São Paulo colocou novamente à luz o problema do desemprego. E desmascarou o governo Montoro, um dos baluartes da Aliança Democrática.

Face às demandas do movimento de desempregados que ocuparam pacificamente o prédio do SINE, o governo Montoro novamente partiu para a repressão sem disfarces. A PM foi acionada desde o começo e, em pouco tempo, a rua Santo Amaro onde se localiza o SINE, virou praça de guerra.

Ninguém podia circular pelas redondezas e muito menos entrar ou sair do prédio ocupado pelos desempregados. Até a água e a luz foram cortadas no SINE para pressionar os trabalhadores a abandonarem a luta. A retirada dos desempregados na noite do 26 de agosto se realizou sob a pressão da PM que deu prazo de

duas horas aos ocupantes para abandonarem o prédio, ameaçando de tirá-los pela força se continuassem o protesto.

A manifestação do representante do governador, o secretário de Trabalho, Almir Pazzionotto, perante o risco da invasão policial é a demonstração definitiva da capitulação do governo peemedebista face à política repressiva da ditadura. Ele chegou a dizer: "eu suplico para que vocês aceitem o que já foi oferecido. Nós fizemos tudo o que foi possível e, a partir de agora, não posso mais me responsabilizar pela conduta do governo estadual".

A retirada dos desempregados do local do SINE foi realizada sob os gritos de "Abaixo a repressão do Montoro e do João", enquanto estes eram conduzidos para fora do prédio pela PM.

As reivindicações dos desempregados

A ocupação do prédio começou na segunda-feira, 20 de agosto, quando aproximadamente mil pessoas, homens,

mulheres e crianças organizadas pela Plenária Estadual do Movimento de Luta contra o Desemprego, invadiram a sede do SINE. Eles exigiam emprego com estabilidade mínima de um ano, salário desemprego, cestas de alimentos com 75 quilogramas, distribuídas mensalmente, passe gratuito de ônibus, trem e metrô, isenção de taxas de água e luz e atendimento médico pelo Inamps.

Os desempregados colocaram também entre suas reivindicações a luta pela liberdade de manifestação e organização do movimento operário e popular e suas correntes de pensamento, pela reforma agrária sob o controle dos trabalhadores do campo, pelo fim dos órgãos de repressão, pelo não pagamento da dívida externa e por eleições diretas e livres para Presidente da República.

Afinal, os desempregados tiveram de aceitar a proposta do governo estadual que ofereceu quatrocentas cestas de 45 kilos de comida e dois mil passes para os desempregados participantes da ocupação.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Pelo fim do inquérito policial

Quando o MEC baixou a portaria 62/84, que retirou subsídios às refeições dos restaurantes universitários, estava ao mesmo tempo completando a sua política de pôr fim à assistência estudantil. Na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, a base do movimento, tendo à frente os residentes universitários, puxou as mobilizações que culminaram com a ocupação do prédio da reitoria no dia 29 de abril. A partir daí, diversas foram as universidades no país que ocuparam reitorias, foram à greve e obtiveram vitórias parciais, sem conseguir contudo revogar a portaria do MEC.

Com o movimento estudantil desunificado a nível nacional, os estudantes que fizeram greves e ocuparam reitorias ficaram à mercê de suas próprias forças. No caso da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, mesmo ficando seis dias ocupando a reitoria, tendo a universidade sido fechada pelo reitor, nenhum ato de apoio foi realizado pela direção atual da UNE. Sequer um telegrama de solidariedade foi enviado.

Apesar disso, o movimento de ocupação da reitoria foi vi-

torioso. Conquistou-se o congelamento dos preços das refeições por 45 dias, posteriormente prolongado até 51 dias.

Durante este período em que as refeições permaneceram em 60 cruzeiros, constituiu-se comissão paritária que estipulou novos preços em 180 cruzeiros até o dia 31 de dezembro de 1984. Vitória parcial no campo econômico e vitória política significativa com a politização e fortalecimento do movimento estudantil.

No entanto, já na época da ocupação foi instaurado um inquérito policial contra os oito membros do Comando de Ocupação, em sua maioria estudantes de base (apenas um diretor do DCE, de orientação semelhante a da diretoria da UNE). Este inquérito encontra-se hoje em andamento, estando em mãos da Polícia Federal do Rio Grande do Norte.

Nenhuma resposta mais ofensiva tem sido organizada pelas entidades estudantis.

Exigir o fim do inquérito policial é hoje um ponto de honra para o livre exercício do movimento estudantil na Universidade Federal do Rio Grande do Norte. (Hugo Manso Jr.)

SECUNDARISTAS GAÚCHOS

PT organizará encontro estadual

Desde sua fundação, o PT conquistou uma simpatia muito grande na juventude secundarista. Porém, esta simpatia nunca se refletiu na intervenção própria do partido no setor, visto que ela se dava principalmente através de iniciativas individuais de seus militantes.

Preocupada com essa situação, a executiva gaúcha do PT deliberou a organização do I Encontro dos Estudantes Secundaristas do PT, que será realizado nos dias 29 e 30 de setembro, no Centro de Estudantes de Engenharia da Universidade Federal em Porto Alegre. Como critério de representação, a executiva do PT deliberou a organização de plenárias secundaristas, com acompanhamento de um representante do diretório municipal ou zonal, nas quais será eleito um delegado para os primeiros cinco presentes e mais um a cada fração de três.

Como pauta do Encontro, serão apresentados cinco pontos: conjuntura nacional e internacional, juventude e movimento secundarista, ensino e escola, entidades e organização dos secundaristas no PT.

Apesar de ser um primeiro Encontro, é importante que nele aprofundemos a discussão sobre a construção de uma linha política de atuação no dia a dia das escolas, na luta contra o ensino pago, na gestão de grêmios estudantis e uniões municipais, na democratização do ensino e da sociedade. Também nele teremos um palco privilegiado para o PT organizar sua atuação no estado e organizar a oposição à diretoria da União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas que está em mãos da diretoria fascista já que em novembro haverá um congresso desta entidade (Alfredo Azevedo membro da comissão organizadora do encontro).

Dieese denuncia desemprego

Em 1983, 2 milhões e 122 mil pessoas viviam na Grande São Paulo à margem do mercado de trabalho, em condições de miséria absoluta ou recebendo míguas remunerações pelos já conhecidos "bicos". A informação é do Dieese que realiza uma pesquisa sobre o desemprego na região metropolitana de São Paulo.

Os números põem a nu as mentiras da tecnocracia da ditadura. As cifras do Dieese revelam a forma descarada como o IBGE vem subestimando os níveis de emprego no Brasil, acobertando dessa maneira o real impacto da política anti-operária e anti-popular aplicada pela ditadura sob os ditados do FMI.

A pesquisa revela que a taxa de desemprego em 1981 era de 15,9% e de 14,8% em 1983. Isto significa que 936.996 trabalhadores estavam desempregados na Grande São Paulo em 81, e 956.017 em 83.

O Dieese estimou também que desempregados e subempregados na região, em 81, somavam 1 milhão e 611 mil pessoas ou seja 27,3% da PEA (População Economicamente Ativa, ou seja a população em condições e disponibilidade para trabalhar). Tal cifra pulou, em 83, para 2 milhões e 122 mil pessoas, equivalentes a 32,9% da PEA.

Os números assustadores da crise são ainda mais reveladores se se considerar a importância da região metropolitana de São Paulo, pois é o local onde estão os setores mais importantes da economia brasileira.

A pesquisa do Dieese revela também a evolução da taxa de trabalhadores ocupados, ou seja, daquele setor da classe trabalhadora que mantém um emprego estável e permanente. Essa taxa caiu de 72,6% para 67,1% entre 1981 e 1983. Ao mesmo tempo a taxa de subemprego subiu

de 11,5% para 18,1% no mesmo período.

Tais dados refletem o complemento da política estatal e federal de arrocho salarial: a política deliberada dos patrões de rebatimento salarial através do emprego de trabalhadores por fora da legislação trabalhista, ou sob regimes de trabalho sazonais (ex. salário por peças, ou unidades), que proporcionam aos trabalhadores ganhos avulsos, obrigando-os a alongar a jornada de trabalho para compensar as perdas salariais.

Finalmente, a pesquisa do Dieese mostra a diferença com os critérios de avaliação do desemprego utilizados pelo IBGE. Enquanto o IBGE somente dá um prazo de sete dias para definir ocupação ou desocupação, o Dieese amplia esse período para trinta dias, podendo captar, dessa forma, o peso do subemprego, disfarçado muitas vezes sob os "serviços temporários".

METALÚRGICOS BELO HORIZONTE/CONTAGEM

Levaremos o sindicato para dentro da fábrica

EM TEMPO procurou para uma entrevista a diretoria recém eleita para o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, o maior sindicato de Minas. Participaram da entrevista o vice-presidente Expedito Soares e o tesoureiro Paulo Moura. Aqui, eles explicam porque venceram as eleições e os primeiros planos para dirigir o sindicato.

— Todo mundo ainda tenta compreender como um pelego com tanta experiência igual o João Silveira caiu com tanta facilidade. A que vocês atribuem a vitória da chapa?

Paulo Moura — Em primeiro lugar porque o aparato que possui a pelegada no Brasil não é tão grande como o existente no sindicalismo argentino ou europeu. Em segundo lugar, e isso é o principal, é a situação política do país que é muito propícia para a queda da pelegada, ainda mais o João, que é muito odiado na nossa categoria. Agora, isso só não bastava. Nossa chapa teria que saber capitalizar este sentimento de oposição.

— Certo, antes da campanha vocês tinham me dito que o fechamento das fábricas médias, o fato da oposição este ano aparecer unida, bem como os péssimos acordos salariais negociados pelo Sindicato tinham criado uma situação muito propícia para a oposição. Mas, ainda permanece uma questão: como vocês conseguiram transformar esta campanha num plebiscito e chegar no coração do trabalhador?

Expedito — Minha avaliação é a seguinte: no atual momento, está todo mundo massacrado, revoltado com o regime militar. A gente vê a vitória do Tancredo. Não foi tanto uma vitória porque o povo queria votar no Tancredo, mas porque ele era a única solução que povo achava viável. Não votaram nele por acreditar que ele era oposição, mas votaram de raiva do João Figueiredo. O problema da chapa 2 é mais ou menos idêntico. O operário tava cansado do João Silveira, de 15 anos de demagogia e de sofrimento. A chapa 2 surgiu como uma válvula de escape.

Paulo Moura — Exato. A nossa chapa não ganhou por força individual dos seus membros, mas porque soube dar respostas aos principais problemas colocados pela categoria. Trabalhávamos com duas hipóteses básicas: a primeira seria o João ganhar a eleição com grande margem de abstenção, caso nossa chapa não conseguisse se firmar. A segunda seria conseguirmos transformar a campanha num plebiscito, como você disse. Nossa chapa conseguiu expressar o sentimento da categoria, votou quase que a maioria do colégio eleitoral, houve pouquíssima abstenção.

— Mas a chapa de vocês constituiu-se basicamente a partir de uma fábrica que não possui cem sindicalizados. Dos dezesseis membros da chapa, cinco são de uma mesma fábrica. Você que já é madurão, Expedito, acha que a juventude da chapa, o fato de só ter quase gente jovem contribuiu para a vitória?

Expedito — Eu creio que sim, porque hoje em dia a maioria dos operários só vê gente velha na política igual ao Tancredo, Figueiredo, Delfim Netto, Geisel e outros mais. Então a gente está tentando buscar gente nova, gente com novas idéias, com idéias de reforma. Eu acho que isso contribuiu muito para a vitória.

— Quem apoiou vocês durante a campanha?

Paulo Moura — Olha, nós tínhamos a avaliação que ganharíamos a partir da metade da campanha para a frente, mas nós chegamos a pensar que perderíamos pela absoluta falta de estrutura. No primeiro escrutínio, recebemos basicamente colaboração individual, uma ajuda do Sindicato de São José dos Campos e uma ajuda da vereadora Helena Greco, mas que, na realidade, o grosso só saiu depois do primeiro escrutínio. Já no segundo escrutínio, a situação mudou inteiramente.

Então você está dizendo que o sindicalismo mineiro, de uma maneira geral, foi omissivo em relação à chapa 2? O sindicalismo e os partidos de oposição, ninguém apoiou?

Paulo Moura — Omissivo, quando não trabalhou contra.

— Quem trabalhou contra? Quem não trabalhou?

Paulo Moura — Nós chegamos a ter um caso como por exemplo o do Mares Guia, deputado estadual pelo PT que tentou tirar um companheiro da nossa chapa, trabalhou contra a chapa, chegou a dizer que a nossa chapa era uma manobra, que ia perder a eleição.

Expedito — No primeiro escrutínio, quem eu tenho a certeza que apoiou foi o Sindicato dos Marceneiros. Já o Mares Guia fez uma coisa humilhante com a gente. Prometeu nos ajudar, mas pediu pelo amor de Deus que nós não revelássemos isso, que ele não queria aparecer nesta cam-

panha. Como esta ajuda não saía, fomos até seu gabinete, onde marcamos uma audiência. O Sálvio Pena, seu assessor mandou-nos esperá-lo e nos garantiu que o dinheiro saía naquele mesmo dia. Esperamos até cansar e, quando perguntamos por ele, ele já tinha ido embora de fininho.

— O acordo salarial que os metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem fizeram no ano passado, foi um dos piores do país, já que com base no 2045, apesar da data-base ser 1º de outubro. Vocês vão tomar posse no dia 31 de agosto e, em seguida, enfrentar uma campanha salarial onde a expectativa da categoria é muito grande. Como vocês pretendem enfrentar esta questão?

Paulo Moura — Tem um problema que é o seguinte: nós vamos chegar a um Sindicato sem domínio da sua parte administrativa e, possivelmente, muito endividado já que está sendo construída uma sede monstruosa e os custos de dois escrutínios são sempre altos. Esses quinze anos de João Silveira no Sindicato foram quinze anos de monopólio muito grande, ou seja, a categoria de conjunto não tem idéia do que é o Sindicato do ponto de vista da infra-estrutura. Nós vamos ter que tomar pé primeiro para saber o que temos na mão. Com relação ao problema da campanha salarial, os metalúrgicos nos elegeram não para administrar o Sindicato, mas para estar à frente das suas lutas. Nossa preocupação maior nessa campanha salarial será levar o Sindicato para dentro da fábrica, ou seja, vai ser para sair desta campanha salarial com comissões de fábrica construídas, se possível, em todas as fábricas.

— O Sindicalismo autêntico, principalmente após 78 procurou dinamizar a imprensa sindical, realizar cursos de formação, abaxiar o valor da mensalidade, enfim, agilizar e modernizar a vida sindical. Vocês têm alguma idéia neste sentido?

Paulo Moura — Nós conhecemos pouco a situação em que vamos pegar o Sindicato. O problema da assistência, por exemplo, nós desconhecemos totalmente. Nós vamos ter que discutir e elaborar projetos.

— Com relação à greve geral, vocês pensam em unificar reivindicações com os metalúrgicos de Betim e do Vale do Aço?



Paulo Moura — Quem tem que marcar a data da greve geral é a CUT. Agora, sem dúvida nossa vitória deixou bem mais perto a greve geral.

Expedito — A greve geral tem de partir de todas as categorias. Agora, eu acho que o que temos de fazer é um trabalho de conscientização, de divulgação de idéias. Não adiante uma greve só em Belo Horizonte, porque não vai resolver nada e pode assustar o trabalhador. Acho que a primeira coisa que temos de fazer é que nossa categoria ponha confiança no sindicato e o sindicato traduza a confiança para a categoria. Ai sim poderemos falar em greve geral.

— Para encerrar, uma última questão. Comenta-se que a política imprimida por vocês no Sindicato deverá ser aventureira, que levará rapidamente o Sindicato à intervenção, sem nenhum ganho para a categoria. Como vocês respondem a este tipo de observação?

Paulo Moura — No nosso sindicato, quem vai mandar é o trabalhador. Tudo será decidido em assembleias. A responsabilidade das decisões será coletiva. Agora, nós não vamos correr do pau. Não vamos trair a luta dos trabalhadores por medo de intervenção.

Motoristas Porto Alegre



Repressão brutal derrota greve

Trinta presos, inúmeros feridos e agressões generalizadas da polícia barraram um movimento grevista decidido por quatro mil trabalhadores.

Os trabalhadores das empresas rodoviárias da Grande Porto Alegre decidiram parar suas atividades dia 22 último, seguindo a deliberação da assembleia realizada na véspera que contou com quatro mil presentes. A decisão de parar se deu frente a recusa dos patrões em atender as reivindicações da categoria.

As reivindicações básicas levantadas eram: fim dos contratos individuais que estabeleciam diminuição da jornada de trabalho com diminuição do piso salarial; cálculo tarifário feito com base nos salários dos motoristas (molas, motor fundido, multas e acidente); participação sobre os 10% da produtividade e reajuste salarial de 100% do INPC.

A decretação da ilegalidade da greve foi imediata e a repressão policial feroz:

30 presos, inúmeros feridos, agressões físicas generalizadas por parte da Brigada Militar, atingindo inclusive membros da diretoria do sindicato, além de demissões. Toda esta violência patronal e do aparelho repressivo assegura sua impunidade na medida em que é conhecido o comprometimento do prefeito João Dib com as empresas de ônibus, que pretendem um aumento de 225 para 340 cruzeiros.

Com a centralização das tarefas organizativas somente ao nível do sindicato, sem engajar as demais categorias e entidades na mobilização e sem conseguir sensibilizar a população para o movimento, quase todos os piquetes foram brutalmente reprimidos, culminando na sua desarticulação.

Contra o aumento das tarifas

Paralelamente, tramita atualmente na Câmara dos Vereadores da capital um

projeto de lei, estabelecendo que todo aumento das tarifas seja semestral e sob a alçada da decisão do poder legislativo municipal (atualmente é o executivo quem decreta o índice do aumento dos preços).

Entidades como a Federação Riograndense de Associações de Bairro e a União das Associações de Moradores de Porto Alegre, sindicatos e partidos de oposição, já iniciaram uma campanha contra o pretendido aumento e as ameaças de lock-out por parte das empresas de ônibus.

Como saldo do movimento, fica ressaltada a importância da organização e da união dos trabalhadores e da população em geral na luta por melhores condições de trabalho e contra os aumentos indiscriminados de preços das tarifas, inclusive na perspectiva de uma campanha pela estabilização dos transportes coletivos.

A longa greve dos mineiros ingleses

Em greve há seis meses, 150 mil mineiros ingleses travam uma dura luta contra o governo conservador de Margareth Thatcher. Um movimento histórico só comparável à greve geral que parou a Inglaterra em 1926 e que merece todo apoio e solidariedade dos trabalhadores brasileiros.



No dia 12 de março, 150 mil mineiros iniciaram uma greve que já se transformou no mais grave conflito social do país desde a greve geral de 1926. Liderados por Arthur Scargill, principal dirigente da ala esquerda do movimento sindical inglês, os mineiros do carvão da União Nacional dos Mineiros afirmam que, caso suas reivindicações não sejam atendidas, eles poderão continuar parados até o Natal.

A exigência imediata dos grevistas é o não fechamento de vinte mil postos de trabalho. Além disso, querem aposentadoria aos cinquenta anos de idade. Rechaçam, assim, a proposta governamental de uma indenização especial por demissão.

Estas medidas do governo integram um plano de modernização do setor, que prevê a supressão de setenta das atuais 175 minas e a redução de 184 mil para cem mil empregos no ramo até 1990.

A greve não é total. Mineiros melhor remunerados de algumas regiões mais produtivas, como Nottinghamshire, ainda não aderiram totalmente à greve que se expandiu e se mantém graças à ação dos piquetes volantes.

O governo Thatcher deslocou um gigantesco aparato, integrado por mais de vinte mil policiais para as áreas dos piquetes. Desde 1926 não se via tamanha mobilização policial (e militar) por causa de um conflito trabalhista.

Os choques entre policiais e mineiros têm sido muito frequentes e violentos. Desde o início da greve mais de três mil grevistas já foram presos e processados por desprezarem as leis antigreves do governo Thatcher. Alguns choques envolveram vários milhares de grevistas. No depósito de carvão de Orgreave, nos dias 29 e 30 de maio, cerca de dez mil piqueteiros e igual número de policiais enfrentaram-se em batalhas campais com centenas de feridos. O próprio presidente do sindicato, Arthur Scargill, foi nocauteado pela polícia e teve que ser hospitalizado.

Ódio patológico dos sindicatos

Os mineiros sempre foram a espinha dorsal do movimento operário inglês. Setor mais combativo, com maior tradição e experiência de luta, foi o responsável pela deflagração da greve geral de 1926. Nas greves de 1972 e 1974, os mineiros conseguiram derrubar o governo conservador de Edward Heath.

A atual greve, mais do que a luta de uma categoria contra um projeto de reestruturação industrial, é uma prova de força entre o governo conservador e o movimento sindical. O editorial do semanário conservador *The Economist* de 17 de março afirma: "o que está em jogo, mais do que o revigoramento de uma indústria arcaica, é o questionamento pelo governo do que restou do poderio sindical".

"O Partido Conservador reconhece que os sindicatos têm uma influência importante nas questões de estado", diz Peter Heathfield, recém eleito secretário geral da União Nacional dos Mineiros. "O governo reconhece que, para ter sucesso em estabelecer uma força de trabalho subserviente, deve minar e destruir os sindicatos que protejam os interesses do povo trabalhador". Desde que subiu ao poder, Thatcher vem introduzindo leis visando restringir a atividade sindical, o direito de greve e os laços dos sindicatos com o Partido Trabalhista. Peter Heathfield afirma: "temos agora os limites impostos a nossa ação pelas novas leis anti-sindicais. Nós, como sindicato, não aceitamos estas leis e o movimento sindical inglês como um todo não as aceita, embora haja em nossas fileiras os que preferem se conformar com elas."

"Eu penso que Thatcher tentará quebrar a vontade dos mineiros pelo esgotamento de nossas forças. Ela tem um ódio patológico dos sindicatos e, após 1974, particularmente dos mineiros. Ela usará todas as forças à sua disposição para garantir a nossa derrota. Caso isso não ocorra, ela seguirá o caminho de Heath, para o esquecimento."

Primeira vitória contra Thatcher

A solidariedade de outras categorias nesta prova de forças é vital. A "tríplice aliança" dos mineiros, ferroviários e trabalhadores das indústrias siderúrgicas constitui o coração do movimento operário. Mas os atuais obstáculos à sua plena efetivação são grandes.

O movimento sindical inglês é rigidamente controlado por uma burocracia sindical conservadora. Uma ala esquerda tem se desenvolvido mas até agora não rompeu com os setores de direita. Esta polarização está aumentando rapidamente com a greve. Enquanto os ferroviários e portuários estão apoiando ativamente a greve dos mineiros, Eric Hammond, presidente do sindicato dos eletricitários, proclama: "nós, neste sindicato, não estamos preparados para usar nossa força para derrubar um governo eleito".

Bill Sirs, do sindicato dos trabalhadores em siderúrgicas, afirma que não quer que "os trabalhadores do aço sejam sacrificados no altar dos outros". Teery Duffy, do sindicato dos metalúrgicos, reage ironicamente aos pedidos de solidariedade dos mineiros: "eu estou triste porque a União Nacional dos Mineiros não obteve a unidade necessária para derrotar o empregador".

Por outro lado, os portuários, estimulados pelo exemplo dos mineiros, fizeram uma greve, no início de agosto, que parou os portos do país por uma semana, impondo uma derrota a Thatcher, a mais importante vitória de um movimento grevista nos últimos cinco anos. As mulheres das regiões mineiras construíram um amplo e combativo movimento de solidariedade à greve, que está tendo grande impacto sobre o movimento feminista inglês, até agora restrito à classe média.

Um longo enfrentamento

Apesar do boicote dos sindicatos controlados pela ala direita da burocracia sindical (que estão enfrentando

oposição crescente em suas bases), a greve dos mineiros já tem consequências importantes. O principal expoente da ala direita da burocracia, Len Murray, presidente do TUC (central sindical inglesa), anunciou a antecipação de sua aposentadoria.

A greve decidirá também o destino do Partido Trabalhista. A ala esquerda, capitaneada por Tony Ben, foi bem sucedida na democratização da vida partidária e na aprovação de bandeiras do programa. Mas nos últimos dois anos foi isolada dentro do partido. O Partido Trabalhista é controlado por uma coalizão entre o centro, dirigido pelo presidente do partido, Neil Hinnock, com a direita, capitaneada pelo líder da bancada Dennis Healey. Essas forças têm até agora boicotado ou ignorado a greve. Em contrapartida, a esquerda está se empenhando profundamente no apoio à greve. Deputados como Tony Ben, Eric Heffer e Dennis Skinner (suspensão do Parlamento pelos ataques que dirigiu a Thatcher) estão engajando todo o seu prestígio na luta pela vitória.

A integração agora em curso da ala esquerda do Partido Trabalhista com a nova esquerda sindical reforça a ambas. Caso a greve dos mineiros seja vitoriosa, a esquerda será beneficiada tanto no Partido Trabalhista quanto no movimento sindical, provocando a mais importante reestruturação no movimento operário inglês em mais de meio século.

Não existe expectativa de uma solução a curto prazo para o conflito entre os mineiros e o governo Thatcher. Os dois lados preparam-se para uma longa luta. Outros setores do movimento operário começam a se mobilizar ao lado dos mineiros, principalmente os ferroviários e os portuários.

A ameaça de continuidade da greve até o Natal não parece ser um blefe de Scargill. O resultado da greve pode preparar a queda do governo Thatcher e a derrota da direita trabalhista ou o esmagamento do movimento operário inglês por longos anos.

Mulheres marcham em Londres

Em um ato inédito, 25 mil esposas de mineiros desfilaram pelas ruas de Londres lançando o seu grito de guerra contra Margareth Thatcher.

Em uma emocionante e magnífica demonstração de combatividade operária, cerca de 25 mil esposas de mineiros do carvão em greve, junto com seus filhos e outros partidários do movimento operário, cantaram, gritaram e marcharam pelo centro de Londres no dia 11 de agosto contra o fechamento das minas programado pelo Governo. Compareceram à marcha contingentes de mulheres de todo o país.

No comício que se seguiu à marcha, o líder da União Nacional dos Mineiros declarou: "pela primeira vez em nossa história, vimos o desenvolvimento de grupos de apoio de mulheres. Em nenhum lugar da Europa se viu algo assim. Foi com este apoio desencadeado uma força de uma magnitude nunca antes vista. Mulheres e esposas lutando para salvar a sua própria indústria, a sua própria comunidade e os empregos de seus filhos e filhas."

O tema do poder das mulheres, de sua luta e de sua vontade de

vencer foi desenvolvido durante todo o dia.

Desde o começo desta greve, que está entrando em seu sétimo mês, as mulheres em quase todas as comunidades mineiras de toda a Inglaterra se uniram para apoiar a greve, para arrecadar fundos e para engrossar os piquetes.

Mineiros assassinados

Uma das consignas favoritas da marcha era "poupe o carvão, incineremos a Maggie" (referindo-se à primeira-ministra britânica Margaret Thatcher do Partido Conservador).

Uma das mulheres em marcha disse: "estamos lutando para a próxima geração, por um modo de vida, e necessitamos de dinheiro desesperadamente. Já vendemos nossos seguros de vida, nossos móveis e nossos carros. Todas as coisas pelas quais temos trabalhado todos estes anos se acabaram. Pedimos a todas as mulheres que nos ajudem."

O governo e os meios de comu-

nicação, que têm acusado os mineiros pela violência que a polícia tem causado nas linhas de piquetes, pediram a Arthur Scargill, presidente da União Nacional dos Mineiros, que condenasse os membros de seu sindicato por fomentar a violência.

No comício, ante os aplausos da multidão, Scargill declarou: "Minha atitude é principista e classista. Eu não vou condenar os magníficos jovens e mulheres que integram nossas linhas de piquetes, companheiros cujo o único crime é lutar pelo seu direito ao trabalho."

Durante os últimos meses, tem havido uma insidiosa campanha contra os mineiros e sua comunidade por parte do governo e da Junta Nacional do Carvão (que administram as minas do governo) e seus lacaios nos meios de comunicação. Os meios de comunicação falam de violência. Mas o que dizem dos dois mil mineiros que foram feridos e dos dois que foram assassinados por lutar pela sua vida?"

INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO

O Solidariedade apoia mineiros em greve

A rádio clandestina Zwyciezmy (nós venceremos) apresenta em suas emissões o ponto de vista da Comissão Provisória das Minhas (TKKG) do sindicato Solidariedade da alta Silésia, a principal região mineira do país.

Reproduzimos a seguir a emissão de oito minutos da rádio, na qual é feita uma crítica a política de comercialização do carvão praticada pelo governo de Jaruzelski e uma vigorosa mensagem de solidariedade aos mineiros britânicos em greve. Em tempo: o governo Jaruzelski vem comercializando carvão para a Inglaterra, em uma chocante e cretina ação de fura-greve.

A TKKG do sindicato Solidariedade, que atua na clandestinidade, protesta vigorosamente contra a atual política do governo

no que diz respeito ao tratamento de nossa maior riqueza: o carvão. A conquista de mercados estrangeiros, graças à prática de preços concorrenciais, quer dizer preços inferiores àqueles do mercado mundial, é:

Primeiramente, uma infração dos acordos de Jastrzebie, onde é dito claramente que o carvão constitui uma riqueza nacional que nós deveremos explorar de maneira racional. Com tais preços de venda, todo investimento na extração do carvão não pode senão reforçar o deficit da economia nacional.

Em segundo lugar, a política do governo está em contradição com as proclamações oficiais, nas quais se afirma o respeito à dignidade do trabalho e dos esforços dos mineiros.

Em terceiro lugar, o comércio de carvão se faz sem controle social. O governo não é o proprietá-

rio das minas e por isso ele não deve dispor livremente desta riqueza nacional.

Em quarto lugar, esta política do governo ameaça os interesses elementares de nossos irmãos mineiros de outros países, privando-os do trabalho. Nós esperamos que as autoridades do Partido e do governo que se proclama "popular" se explicam perante o povo a este respeito.

Aos mineiros da Inglaterra em greve: a TKKG do sindicato Solidariedade na clandestinidade vos transmite a saudação fraternal e a expressão de apoio e de solidariedade com vossa luta pelo direito ao trabalho. Nós sabemos de nossa própria experiência o que significa ficar sem trabalho. É por isso que nós faremos tudo o possível ao nosso alcance para apoiar vossa iniciativa. O protesto enviado ao governo é um primeiro passo no apoio à sua luta."

CHILE Um ensaio de greve geral

Apesar de toda a violência da ditadura de Pinochet, as jornadas de protesto programadas para o início de setembro alcançaram enorme êxito.



A reação popular ao assassinato do padre Jarlan

As forças políticas de oposição à ditadura do Pinochet, especialmente os setores sindicais e do movimento popular, depois do êxito das jornadas de protesto de setembro, prepararam-se para deflagrar uma greve geral pela democracia: cartada decisiva na luta pela derrubada da ditadura militar encastelada no poder há onze anos.

As "Jornadas de Protesto" foram programada para os dias 4 e 5 de setembro, pelas três frentes oposicionistas chilenas: a Aliança Democrática (que reúne a DC, um setor do Partido Socialista, os social-democratas e dissidências do governo militar), o Bloco Socialista (constituído por setores do antigo PS), e o Movimento Democrático Popular (que é uma frente de grupos, entre os quais o MIR, e o setor do PS liderado por Clodomiro Almeyda, liderados pelo PC). As jornadas constituíram, na avaliação dos seus organizadores reunidos no Comando Nacional de protesto, "um êxito sem precedentes não pelo número de mortos nem violência cujo único responsável é o governo mas pela maciça adesão da população".

Com efeito, protesto maciço e violência assassina foram os polos que marcaram o desenvolvimento das manifestações do protesto contra a ditadura militar. O saldo dos dias de protesto, que na verdade se alongaram devido ao assassinato do padre francês Andre Jarlan no dia 4 de setembro no bairro popular de "La Victoria", teve como saldo dez mortos e 112 feridos à bala. Na sexta-feira, 7 de setembro, perto de cem mil pessoas se reuniram frente à Catedral Metropolitana, em Santiago, para assistir à missa funeral pelo padre francês.

Contudo, o fato mais alentador das Jornadas de Protesto foi a maciça adesão da população ao ensaio de paralisação nacional convocado pelo Comando Nacional de Protesto para o dia 5 de setembro (quarta-feira). Segundo o próprio Comando houve uma grande redução de atividades em todo o país.

Um balanço inicial do movimento paredista a nível nacional indicava que a ausência às escolas ficou entre 50 e 80%, enquanto o transporte público havia parado quase completamente suas atividades. Outro elemento importante na massividade da paralisação foi dado pela adesão da Federação do Comércio Varejista, que provocou a paralisação quase total da atividade comercial. Um membro do MDP disse que o grande saldo das jornadas foi a comprovação da existência de condições para deflagrar uma greve geral para derrubar a ditadura do Pinochet.

Atos de solidariedade em São Paulo

Ao calor da retomada das mobilizações de rua contra a ditadura chilena, o Comitê de Solidariedade ao Povo Chileno junto com entidades do movimento popular e sindical do país, organizou neste mês em São Paulo uma série de atos de solidariedade à luta do povo chileno. Ponto alto destas foi o ato de homenagem a Salvador Allende, presidente do Chile, pela Unidade Popular (frente de esquerda), deposto e assassinado em 11 de setembro de 1973 pelas forças militares lideradas pelo ditador Pinochet. O ato foi realizado com a presença de dirigentes do PT, do PMDB e do PDT. No ato foi lançado também a Associação Brasileiro-chilena de Amizade.

EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloísio Marques, Alvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Árabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Luci Ayala, Márcio Gomes, Octaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Sérgio Moura, Virginia Pinheiro.

Jornalista Responsável: Américo Antunes — Reg. MTPS n.º 2769.

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda. — R. Francisco Leitão, 57 — Pinheiros, São Paulo — CEP 05414 — Fone: 852-8880 — CGC 46.093.549/0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: R. Guajaras, 329 — Sala 12 — CEP 30.000; Porto Alegre: R. Fernando Vieira, 618 — loja 4 — Bom Fim — CEP 90.000; Rio de Janeiro: R. Senador Dantas, 117 — sala 1414 — CEP 20.031; Vitória: Caixa Postal 1427 — CEP 29.000; Natal: Caixa Postal 1550 — CEP 59.072.

Tiragem desta edição: 9.000 exemplares.



Em julgamento, o amor e a igualdade



Lindomar Castilho, assassino de Eliane de Gramont, foi condenado a doze anos de prisão. Pela primeira vez em um processo deste tipo não foi utilizado pela defesa o argumento da "legítima defesa da honra". Também pela primeira vez, as feministas que se manifestavam contra a violência sobre as mulheres, diante do julgamento, foram agredidas a ponta-pés por um grupo de homens. Aqui, uma avaliação destes fatos e o depoimento de uma das agredidas, Adélia Prates, da Casa da Mulher do Grajaú, bairro da periferia de São Paulo.

Por Marília Carvalho

Exatamente às 13hs. do dia 23 de agosto passado tinha início em São Paulo o julgamento de Lindomar Cabral, conhecido como Lindomar Castilho, pelo assassinato de sua ex-esposa, Eliane de Grammont. O crime ocorreu há três anos, no dia 30 de março de 1981, dentro de um Café onde Eliane atuava como cantora. Mais de 40 horas depois de iniciado o julgamento, Lindomar foi considerado culpado de homicídio qualificado e condenado a doze anos de reclusão e mais dois meses de detenção por lesões corporais em Carlos Rendal, que acompanhava Eliane no momento do assassinato. Lindomar poderá aguardar em liberdade o julgamento de recurso a ser impetrado por seu advogado, por ser réu primário (Lei Fleury). Caso seja mantida a sentença, ele cumprirá cerca de dois anos e meio de prisão, em função da nova Lei das Execuções Penais, que permite a transformação de grande parte da pena em prisão albergue domiciliar.

Nestas quarenta horas de julgamento, boa parte da atenção do país esteve voltada para o Palácio da Justiça, onde se davam os trabalhos, e para suas imediações. Se dentro da sala se degladiavam dois conhecidos advogados, do lado de fora ocorria um verdadeiro ataque a ponta-pés, ovos e pedradas sobre os representantes (na sua maioria mulheres) do Movimento Contra a Violência sobre as Mulheres, organizado pelos grupos e entidades do movimento de mulheres em São Paulo.

Acampadas na Praça da Sé, diante do julgamento, desde o seu início, as mulheres — que chegaram a mais de uma centena — portavam faixas e cartazes denunciando a violência contra as mulheres, lembrando os nomes de todas aquelas que foram assassinadas ou exigindo a punição de Lindomar Castilho. A sua presença em si não era novidade já que desde o final da década de 70 o movimento de mulheres tem se organizado para denunciar a impunidade dos assassinos "por amor". Ficaram na lembrança a presença do movimento no julgamento de Doca Street, em novembro de 1981 no Rio ou a denúncia do assassinato de Violeta Formiga, em João Pessoa, na Paraíba, por exemplo.

"Abaixo o adultério Mulher no cemitério"

A novidade foi a reação do grupo de quase duzentos homens que, na tarde do dia 24, chegou a agredir fisicamente os manifestantes, após horas de agressão verbal. Tratava-se nitidamente de um grupo organizado, levando cartazes e falando palavras de ordem comum. Eram coisas tão lastimáveis como: "Abaixo o adultério, mulher no cemitério" ou "Traiu tem que morrer". Alguns alegavam pertencer a uma suposta "Associação de Homens", mas tanto podiam ter sido pagos por setores ligados a Lindomar como arregimentados, entre os marginalizados que perambu-

lam pelo centro para "bater naquelas vagabundas." Não importa. O significado das cenas de agressão, a que as mulheres — naquele momento apenas vinte — deliberadamente não responderam é muito mais profundo.

Para entendê-lo é preciso recordar que a condenação de Doca Street, em novembro de 81, a quinze anos de reclusão, foi a primeira condenação deste tipo no Brasil, quebrando uma longa tradição de absolver ou condenar a penas leves os assassinos de mulheres por ciúme. O recurso tradicionalmente utilizado era a "Legítima defesa da honra", isto é, o direito masculino de "lavar a sua honra" com o sangue — de sua mulher, é claro.

Já no segundo julgamento de Doca, após recurso, o advogado de defesa substituiu a "legítima defesa da honra" pela "defesa de direito seu". E agora, no primeiro julgamento deste tipo com grande repercussão desde então, o advogado Valdir Troncoso Peres não recorreu à "defesa da honra". Procurou apenas fazer com que o crime fosse reconhecido como "não premeditado" e "cometido sob forte emoção". O que não foi aceito pelo júri. Portanto, vemos um avanço progressivo no tratamento jurídico desta questão, tanto pelo reconhecimento da culpa dos assassinos, como pelo tipo de argumento utilizado, onde deixou de predominar o simples ataque à vida anterior da mulher assassinada.

Uma conquista do movimento

Essa evolução não foi gratuita. Ela resultou da organização e do avanço de consciência do movimento de mulheres, que colocou para a opinião pública o debate sobre a violência cotidiana contra o sexo feminino, desde a cantada autoritária até o estupro e o assassinato. Quando vai às portas dos tribunais onde se julgam assassinos, o movimento feminista não quer principalmente a condenação, mas a conscientização de mais e mais mulheres e o reconhecimento público da culpa destes assassinos. O movimento tem consciência de que apenas um processo de educação a longo prazo poderá recriar as relações entre homens e mulheres numa base de igualdade, única garantia de que não haja mais violência "por amor".

É compreensível, portanto, que as forças mais reacionárias também começassem a se mover, por se sentirem ameaçadas. Basta observar quem se posicionou ao lado dos agressores, como, por exemplo, o radialista Afanásio Jazadji, da Rádio Capital, conhecido pela violência e reacionarismo de seus programas policiais.

É claro que todos aqueles que defendem a desigualdade, à repressão e a violência estarão sempre contra o mundo de justiça e de amor que as feministas procuram construir.

"A dor que a gente sente é maior do que o medo"

Delvita Prates Vasconcelos, casada, grávida de 4 meses e mãe de um garoto de um ano de idade, foi encontrada morta, com quatro tiros, no dia 9 de dezembro de 1983. Várias circunstâncias levam a crer que ela foi assassinada pelo marido, entre elas o fato dele estar desaparecido desde janeiro.

A morte de Delvita poderia ser apenas mais um Boletim de Ocorrência em alguma delegacia. Porém, ela era frequentadora da Associação de Mulheres do Grajaú em São Paulo e sua irmã, Adélia Prates, presidenta desta Associação. Apurar as condições da morte de Delvita, transformou-se numa parte da luta contra a violência praticada sobre as mulheres.

Presente na vigília em frente ao julgamento de Lindomar Castilho, Adélia nos conta aqui um pedaço de sua luta, da sua dor e da sua coragem.

"Na sexta-feira, (24 de agosto) às 13hs. éramos umas vinte ou trinta mulheres e colocamos as nossas faixas e os nossos cartazes. Foi só ajuntando homem, um pouco abaixo de nós. Eram muito mais homens do que mulheres e começaram a jogar ovos, laranja podre e pedras na gente. Eles falavam: "Traiu, tem que morrer" ou "Liberdade para Lindomar e punição para Dorinha". (Dorinha Durval, atriz, foi julgada pelo assassinato de seu marido e está em liberdade). Nós tentávamos conversar, explicar que achávamos errado matar qualquer pessoa, homem ou mulher, alegando que foi "por amor". Mas não adiantava nada.

Às 14:30hs, mais ou menos, eu estava sentada de costas para eles, comendo um lanche. Ai ouvi aquela gritaria, parecia um filme de bang-bang. Fiquei assentada, como todo mundo, ninguém reagiu. Eu estava com uma fita lilás e preta (cores do feminismo e do luto) no cabelo e me arrancaram. Mas eu fiquei quieta. Quando percebi, tinham estraçalhado a faixa com o nome da Delvita e estavam jogando os pedaços prá cima. Atacaram um companheiro que estava com uma criança no colo ("Bicha! Bicha!"). Me deu uma raiva tão grande... Quando eu percebi, estava lá em baixo, nem vi como cheguei lá. Eles se assustaram, fizeram uma roda, parados. Eu pus as mãos para trás e disse que eles batessem em mim se tivessem coragem, que eles não sabiam fazer outra coisa senão bater em mulher. Foram as companheiras que me buscaram e me acalmaram.

Eu chorei bastante e então saí recolhendo os pedaços da faixa com o nome da Delvita, catei um por um, joguei um pedaço feito um xale nas minhas costas. Sabe, a gente está defendendo é a vida! Não é que eu tive muita coragem. A dor que a gente sente é mais forte que o medo. Eu ainda voltei prá conversar com eles, mostrar um cartaz pedindo a apuração do assassinato da Delvita.

Às 19hs fizemos um ato público, lemos uma carta e cantamos, tinha cerca de 100 mulheres. Acho que muitas ficaram amedrontadas com o que aconteceu. Aqui no Grajaú, muitas deixaram de ir por causa disso. Outras chegavam lá e não tinham coragem de ir até onde a gente estava, com medo dos homens. A gente está acostumada a ficar com medo de um homem só, imagina daquele bando. Eles gritavam que eram de uma tal Associação de Homens do Tucuruvi. Mas tinha vários homens se manifestando conosco, amigos, companheiros e desconhecidos.

Lutar contra a violência

Eu acho que a gente precisa se organizar mais. Não importa se é rica ou pobre, todas somos mulheres. Precisamos fazer uma luta prá valer, porque ninguém mata "por amor". Aqui no Grajaú, tem uma mulher que está desaparecida há dois anos. A família suspeita que foi o marido, mas não faz nada. Ao mesmo tempo, apareceu uma mulher morta, dentro de um saco de lixo, num matagal.

Nós, mulheres do povo, ainda não estamos conscientizadas de que temos que gritar por socorro não só por causa da forma, do desemprego, mas também quando sofremos a violência. Estão matando nossas companheiras da periferia e ninguém vê isso! Com a luta pela apuração do assassinato de minha irmã, quero mostrar que a gente não precisa ficar calada, apanhando do marido até morrer. Quem sofrer ou souber de um caso, tem que denunciar, para mostrar que nós, mulheres, estamos unidas."

(No dia seguinte, sábado, ao levar flores para o túmulo de Eliane de Grammont, ao lado de outras vinte mulheres, Adélia ainda levava nas costas o pedaço da faixa de Delvita, como um xale negro, com trechos de letras amarelas.)